

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FACHS)  
Curso de Psicologia

**A FUNÇÃO PATERNA E SUA RELAÇÃO  
COM AS PSICOPATOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS: UMA VISÃO  
PSICANALÍTICA**

Thaís Féria

Barueri  
2013



Thaís Féria

**A FUNÇÃO PATERNA E SUA RELAÇÃO  
COM AS PSICOPATOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS: UMA VISÃO  
PSICANALÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como exigência parcial para graduação no curso  
de Psicologia da PUC-SP, sob orientação da  
professora doutora Talitha F. de Souza.

Barueri  
2013



## **Agradecimentos**

Meus mais sinceros agradecimentos a todos os meus colegas e professores que me incentivaram durante essa longa jornada, especialmente à professora doutora Paula Peron, quem, durante todo o meu percurso de formação, acolheu calorosamente meus questionamentos, cultivando minha curiosidade e participação ativa, quem sempre cobrou de minha parte uma produção à altura do que acreditava ser minha potencialidade, sustentando minha motivação e promovendo meu crescimento intelectual e pessoal, e quem, acima de tudo, mostrou-se modelo de profissionalismo, dedicação e excelência.

## RESUMO

A clínica psicanalítica contemporânea vem apresentando inúmeros desafios aos profissionais da pós-modernidade, à medida que vem se constatando uma significativa diminuição dos sintomas relacionados às chamadas neuroses clássicas, enquanto se testemunha uma crescente incidência de novos sintomas, como doenças psicossomáticas, distúrbios alimentares, agressividade e violência, síndrome do pânico, compulsões e depressões. Concomitantemente a tais mudanças na sintomatologia, surgem questões acerca da gênese destes novos sintomas e acerca da melhor forma de condução do tratamento. O presente trabalho explora o processo de constituição do sujeito, assim como o conceito de função paterna, como apresentado por Lacan na primeira fase de seu ensino. Tal pesquisa tem como objetivo investigar a relação da função paterna, em seu declínio ou sua manutenção, com a etiologia das psicopatologias contemporâneas.

**Palavras-chave:** processo de subjetivação; função paterna; nome-do-pai; sintomas contemporâneos

### ***On ou Off. De que lado você está?***

*Não é de hoje que o mundo está mudando cada vez mais rápido.  
Vivemos numa era onde o que é novo agora pode tornar obsoleto amanhã.  
Uma era onde as grandes transformações acontecem a mais de cem mil kbites por segundo,  
mesmo quando estamos Off.*

*As mudanças climáticas estão aumentando,  
E prever o futuro ficou quase tão incerto quanto tentar adivinhá-lo.  
O trânsito está caótico e chegar primeiro virou mais importante que chegarmos juntos.  
Não existe mais diálogo. Buzinar virou mais importante que falar.  
Estamos compartilhando individualidade ao invés de solidariedade.*

*Vivemos numa era onde 24 horas é pouco para respondermos todos os e-mails que recebemos.  
Nossas redes sociais e nossos amigos agora são virtuais.  
Antes vivíamos conectados à terra, ao mato, ao vento, à água ou simplesmente às coisas que nos  
fazem bem, agora apenas estamos conectados à internet!  
Será que é essa a evolução da humanidade? Aquilo que vai nos levar adiante?  
On ou Off? O que devemos ser? De que lado devemos estar?*

*Pedir licença, por favor, falar obrigado, você primeiro e desculpe, é Off.  
Dizer olá ou às vezes não dizer nada é On.  
Prazer em reunir amigos, juntar a turma e compartilhar experiências é Off.  
Enviar mensagens prontas e curtir fotos de desconhecidos é On.  
Jogar bola, andar de skate e conhecer pessoas, se aventurar é Off.  
Viver o tempo todo dentro do escritório e não sair do quarto... On ou Off?*

*De que lado você está?*

*Esta é uma das poucas respostas que você não vai encontrar no Google.  
É preciso parar para pensar.  
Afinal, é muito difícil saber como vai ser o futuro, quando você não tem a menor ideia do que  
está acontecendo no presente.*

*É hora de reiniciar ao seu jeito de olhar o mundo;  
Que o mundo pode ser igual, mas diferente.*

*Não adianta você querer a sustentabilidade sem ser sustentável.  
De que lado você está?  
O consumo inconsciente pode ser evitado.  
O que você tem demais muitos ainda nem conhecem.*

*O desperdício deve ser combatido.  
O colapso econômico do planeta não se resolve com a elevação das suas compras,  
Mas talvez com o retorno à suas origens.*

*Humildes, sinceras, despretensiosas, colaborativas e autoprodutivas.*

*On ou Off? De que lado você está?*

*Está passando da hora de você se ligar!*

*Plante o bem para colher o bem.*

*Onde se planta, tem vida.*

*Temos que ficar com o planeta e respirar o mesmo ar!*

*Temos que deixar filhos melhores para que tenhamos netos melhores!*

*Sustentabilidade é isso.*

*Saber se desligar na hora certa e saber respeitar o meio ambiente.*

*Viver em comunidade e para a comunidade.*

*As melhores idéias do mundo são as melhores idéias para o mundo.*

*Lembre-se: não existem flores sem sementes.*

*O mundo está ficando carente de gentileza.*

*A intolerância está gerando intolerância.*

*Somos capazes de reclamar uns dos outros,*

*Mas não somos capazes de responder uma indelicadeza com um sorriso.*

*Se não mudarmos, o mundo não muda!*

*On ou off — de que lado você está?*

*O mundo está mudando muito rápido. Ou corremos agora ou iremos correr atrás.*

*Conecte-se a um novo futuro para o planeta.*

*Nunca deixe que ele desligue.*

Deivison Pedroza

Presidente da Verde Ghaia, do Instituto Oksigeno e do Comitê de Sustentabilidade o WTC-BH

(extraído de <http://m.youtube.com/#/watch?v=RadIP53qXhU>)

## SUMÁRIO

Introdução .....	8
Metodologia .....	11
Justificativa de escolha bibliográfica .....	12
Capítulo 1 .....	16
Fundamentos do pensamento lacaniano.....	16
O estágio do espelho .....	20
Primeiro tempo lógico do Édipo .....	22
Segundo tempo lógico do Édipo .....	26
Terceiro tempo lógico do Édipo.....	28
Capítulo 2 .....	30
Nome-do-pai e metáfora paterna.....	30
Função paterna .....	33
Capítulo 3 .....	41
Considerações Finais.....	51
Referências .....	55

## Introdução

A clínica psicanalítica contemporânea vem apresentando inúmeros desafios aos profissionais da pós-modernidade, à medida que vem se constatando uma significativa diminuição dos sintomas relacionados às chamadas neuroses clássicas, enquanto se testemunha uma crescente incidência de novos sintomas, como doenças psicossomáticas, distúrbios alimentares, agressividade e violência, síndrome do pânico, compulsões e depressões (BIRMAN, 2006). Concomitantemente a tais mudanças na sintomatologia, surgem questões acerca da gênese destes novos sintomas e acerca da melhor forma de condução do tratamento.

Diante dos desafios apresentados pela clínica contemporânea, inúmeros teóricos de renome, como Joel Birman, Nora Miguez, Joel Dor, Jurandir Freire Costa e Maria Rita Khel, dedicam-se à elaboração de hipóteses que buscam dar conta dessas novas demandas (PERON, 2011). Um ponto comum nas hipóteses levantadas por tais teóricos é o destino da função paterna no cenário das novas configurações familiares; em outras palavras, discute-se sobre o declínio ou a manutenção da função paterna na sociedade pós-moderna e as consequências que tal destino traz para as subjetividades (PERON, 2011).

Encontram-se entre os mencionados teóricos inúmeros pontos de concordância acerca do tema, assim como numerosos pontos de divergência (PERON, 2011), e adentrar tal discussão equivale, sem dúvida, a um mergulho profundo num oceano de complexidades. O trabalho de Joel Birman, por exemplo, apresenta uma das diversas possibilidades de destino da função paterna. Em seu livro *Arquivos do mal-estar e da resistência*, Birman discorre sobre as mudanças sofridas pela sociedade desde a era pré-moderna até os dias de hoje e aponta como tais mudanças afetam as subjetividades, atribuindo os sintomas contemporâneos ao atual declínio da função paterna. Ao apresentar sua hipótese, Birman, no entanto, parece não fazer uma clara distinção entre os conceitos de função paterna e de figura do pai, dando a impressão de empregá-los de maneira indistinta.

É certo que os conceitos de função paterna e figura do pai assumem, dentro das diferentes linhas da psicologia e da própria psicanálise, uma variada gama de significações. Explorar essas variabilidades de significações geraria por si só uma rica discussão. No entanto, devido à restrição de tempo e espaço, o que é proposto através do presente trabalho é delimitar a

especificidade do conceito de função paterna a partir de um recorte teórico específico, a fim de problematizar sua relação com as psicopatologias contemporâneas.

O recorte teórico selecionado para a análise da função paterna refere-se à primeira clínica de Lacan, ou seja, aos primeiros vinte anos de seu ensino, durante os quais Lacan propõe um retorno a Freud, uma releitura da obra freudiana a partir de novos instrumentos teóricos, como a linguística estrutural. De acordo com o psicanalista Jorge Forbes, pode-se caracterizar esta primeira fase do ensino de Lacan como

[...] uma clínica estrutural edípica, uma clínica do sujeito, das modalidades do desejo, do Outro, enfim, uma clínica sob a primazia do simbólico e do inconsciente estruturado como uma linguagem, na qual as estruturas clínicas – neurose, psicose e perversão – aí se ordenam em torno ao pai (FORBES, 2011).

Influenciado pela linguística estrutural, Lacan realiza a releitura de Freud e desenvolve uma teoria estruturalista da constituição subjetiva. Através desta teoria, Lacan defende que o inconsciente é estruturado como uma linguagem e que existem três maneiras distintas e imutáveis de organização das subjetividades, a saber, a estrutura neurótica, a perversa e a psicótica (LACAN, 1998). A teoria desenvolvida por Lacan durante esta primeira fase assinala que o percurso percorrido pelo bebê humano, desde o seu nascimento até a solidificação de sua estrutura psíquica, é longo e extremamente complexo; sugere também que tal percurso é marcado por uma série de complexas operações lógicas, dentre as quais encontra-se a metáfora paterna.

A compreensão das particularidades deste percurso, conhecido como processo de subjetivação, mostra-se fundamental no proposto estudo da função paterna. Assim sendo, com o objetivo de investigar o papel da função paterna, seja na sua manutenção, seja em seu declínio, na etiologia das psicopatologias contemporâneas, o presente trabalho explora o processo de subjetivação, tendo como polo norteador deste processo o complexo de Édipo estrutural desenvolvido por Lacan durante a primeira fase de seu ensino. Sendo este um processo extremamente complexo e que envolve a compreensão de inúmeros conceitos similarmente árdios, busca-se através deste trabalho uma compreensão geral acerca do tema, sem a pretensão de aprofundar cada tópico, muito menos de esgotá-los.

O estudo do processo de subjetivação é fundamental para a compreensão da formação das diferentes estruturas clínicas (neurótica, perversa e psicótica), além de se mostrar chave no estudo sobre o autismo.

O estudo do processo de subjetivação e das diferentes estruturas psíquicas dele resultantes mostra-se também significativo por ser um valioso instrumento utilizado pelo analista como guia no processo de cura. O diagnóstico estrutural mostra-se crucial no planejamento do tratamento. Ele permite que o analista melhor se oriente em relação à direção do tratamento, evitando, por exemplo, o perigo de desencadear uma psicose em um paciente pré-psicótico que ainda não apresenta os sintomas clássicos da psicose já desencadeada. O conhecimento da estrutura psíquica também permite a compreensão das possibilidades e das limitações de cada paciente, além de colocar em perspectiva as enormes conquistas que poderiam, de outra forma, passar por insignificantes. Ademais, a compreensão do processo de subjetivação mostra-se de extremo valor na detecção e na intervenção precoce dos transtornos psíquicos graves, como o autismo e a psicose, podendo auxiliar na reversão do quadro quando detectado precocemente.

O presente trabalho propõe, portanto, uma investigação do processo de subjetivação a partir do complexo de Édipo estrutural, como apresentado por Lacan, a fim de delimitar a especificidade do conceito de função paterna a partir deste recorte teórico específico e de problematizar a sua relação com a etiologia das psicopatologias e sintomas contemporâneos.

## Metodologia

O presente trabalho apresenta-se como uma pesquisa teórica no campo da psicanálise. Tal escolha metodológica está pautada não só no objeto de estudo da psicanálise, como também na possibilidade de a investigação psicanalítica se dar para além da clínica. No que diz respeito ao objeto da psicanálise, Birman (1993) afirma que, “uma vez que traz a marca do inconsciente, tudo o que é humano, em última instância, é da alçada da psicanálise” (cit. por VIOLANTE, 2000, p. 110). Portanto, é da alçada da psicanálise o processo de constituição do sujeito, sendo este o sujeito do inconsciente. A escolha da abordagem psicanalítica para o estudo da constituição do sujeito justifica-se também pelo fato de que esta constituição se dá através de um processo não natural, no qual a cultura e o homem atuam diretamente, diferenciando assim tal processo da noção de desenvolvimento da psicologia, como aponta Violante em seu texto “Pesquisa em Psicanálise”. Neste mesmo texto, Violante (2000) também aponta para o fato de que a pesquisa exegética, ou seja, aquela que se dá através da investigação teórica, tem sido realizada desde Freud, constituindo assim uma forma apropriada de se fazer pesquisa em psicanálise. Justifica-se, portanto, o estudo do processo de constituição do sujeito do inconsciente e a investigação do conceito de função paterna como pesquisa exegética dentro do campo da psicanálise.

Por se tratar de um projeto de pesquisa teórica sobre a constituição do sujeito na primeira clínica de Lacan, a metodologia aplicada foi a leitura do *Seminário 5* e de alguns textos dos *Escritos*. Para auxiliar na compreensão destas obras, foi também realizada a leitura de obras de alguns de seus renomados comentadores, como Birman, Cabas, Dor, Forbes, Laznik, Olgivie e Quinet.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo consiste, primeiramente, em uma introdução geral ao tema, a partir da apresentação dos fundamentos do pensamento lacaniano e, posteriormente, na exploração do processo de subjetivação a partir dos três tempos do Édipo, incluindo a discussão do conceito de função materna. O segundo capítulo é composto pela exploração dos conceitos de Nome-do-Pai, metáfora paterna e função paterna. E, por fim, o terceiro capítulo consiste na exploração das características da sociedade tradicional *versus* as características da sociedade contemporânea, assim como na relação dessas

características com os sintomas predominantes de cada época. Esse terceiro capítulo é também composto pelas Considerações Finais.

Segue abaixo a justificativa para a escolha bibliográfica.

### **Justificativa de escolha bibliográfica**

- Althusser (2002), capítulo III — Nesse texto, Althusser aborda as características da primeira clínica de Lacan e as principais ideias que influenciaram a construção dessa clínica.
- Benveniste (1978) — Esse texto de Benveniste é fundamental para a compreensão de um elemento central da teoria lacaniana, a linguagem.
- Birman (1993) — Nesse texto o autor faz importantes apontamentos sobre as especificidades da pesquisa em psicanálise.
- Birman (2006) — Joel Birman discorre neste livro sobre as configurações familiares da era moderna e as transformações que estas sofreram na passagem para a pós-modernidade. Discute os sintomas comuns à modernidade e apresenta os novos sintomas da clínica contemporânea. Por final defende como as mudanças na sociedade e na forma de configuração familiar relacionam-se com a sintomatologia contemporânea.
- Cabas (2005) — Neste livro, Cabas fala da passagem do Édipo como sendo a passagem do natural ao cultural e da importância da cultura e da ação do homem sob o bebê para que este se constitua humano. Desenvolve inúmeros conceitos-chaves do Complexo de Édipo estrutural que auxiliam imensamente em sua compreensão.
- Dor (1989) — Esta obra de Joel Dor foi selecionada por apresentar um apanhado dos três tempos do Édipo, e por discutir conceitos fundamentais como o estágio do espelho, falo, metáfora paterna, forclusão e sujeito do inconsciente.
- Dor (1991) — Nessa obra, Dor especifica os conceitos de pai real, simbólico e imaginário.
- Faria (2003) — Além de abordar a especificidade do conceito de função paterna e seu lugar na constituição do sujeito, essa obra auxilia na compreensão de diversos outros

conceitos envolvidos no processo de constituição do sujeito a partir da primeira clínica de Lacan uma vez que nela a autora descreve detalhadamente as diferentes etapas deste complexo processo.

- Forbes (2003) — Forbes trata aqui dos chamados novos sintomas e da maneira mais efetiva de lidar com eles em análise.
- Forbes (2009) — Nesse texto, Forbes define a primeira clínica de Lacan.
- Forbes (2012) — Nesse livro, Forbes discorre sobre as características da sociedade tradicional versus as características da sociedade pós-moderna e relaciona tais características com os sintomas predominantes de cada época. Apresenta também maneiras de lidar com os chamados novos sintomas.
- Freud (2006) — Nesse texto, Freud discorre, entre outros assuntos mais centrais, a questão da simbolização através da descrição do jogo do fort-da.
- Goldgrub (2010) — O autor aborda questão do processo de constituição do sujeito na primeira clínica de Lacan e contribui para a compreensão deste processo através de novas maneiras de pensar conceitos como função materna e função paterna.
- Kehl (2011) — Nessa obra, a autora discorre sobre as inúmeras mudanças ocorridas a sociedade desde os tempos mais antigos e apresenta sua hipótese para a gênese dos chamados novo sintomas.
- Lacan (1998a) — “A agressividade em psicanálise” é um texto que auxilia na compreensão do conceito de estágio do espelho, pois aborda, entre outras, questões específicas acerca do tema.
- Lacan (1998b) — O texto “De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose” foi selecionado por abordar questões centrais da estruturação psicótica, como a forclusão do Nome-do-Pai.
- Lacan (1998d) — O texto “O estágio do espelho como formador da função do eu” de Lacan descreve o estágio do espelho, importante momento da constituição subjetiva.
- Lacan (1998e) — Esse texto (“Situação da psicanálise e formação do analista em 1956”) foi selecionado por abordar, entre outras, as questões referentes à relevância da linguagem e da ordem simbólica na constituição dos seres humanos.
- Lacan (1998f) — Lacan aborda nesse texto (“Subversão do sujeito e dialética do desejo”) elementos centrais para a compreensão de sua primeira clínica, entre os quais

encontra-se a influência da linguística, a importância do significante e o conceito de grande Outro como tesouro do significante.

- Lacan (1999) — O “Seminário 5” de Lacan traz o desenvolvimento do conceito de Édipo estrutural; foi nesse seminário que Lacan descreveu os três tempos do Édipo e afirmou que o Édipo está presente desde o início; leitura essencial para o desenvolvimento do presente trabalho, já que neste texto o complexo de Édipo é empregado como polo norteador da constituição do sujeito.
- Laznik (2004) — Esse livro de Marie-Christine Laznik mostra-se essencial para a compreensão dos conceitos de estágio do espelho, função materna e alienação no Outro, conceitos fundamentais no estudo da constituição do sujeito. Neste livro, Laznik também discorre sobre outros conceitos-chaves para a formação do sujeito, assim como oferece exemplos clínicos que auxiliam imensamente na compreensão de tais conceitos.
- Lévi-Strauss (1992) — Em “Natureza e cultura”, o autor apresenta os principais elementos que distinguem o homem dos demais animais, elementos esses que influenciaram fortemente todo o pensamento de Lacan.
- Macedo (2013) — Nesta palestra (“Sintomas com causas decifráveis *versus* sintomas impossíveis de serem explicados: como estar seguro de ter percebido a diferença?”), a autora discorre sobre as diferenças entre os sintomas decifráveis que passam pela cadeia significante e os sintomas indecifráveis que estão fora da palavra.
- Mattos (2009) — No artigo “A dialética entre a primeira e segunda clínicas de Lacan”, a autora discorre sobre as características da primeira clínica de Lacan, a clínica estrutural.
- Miguelez (2007) — Este livro aborda múltiplas interpretações acerca das mudanças ocorridas na sociedade nas últimas décadas e sua relação com as psicopatologias contemporâneas, analisando também o lugar do complexo de Édipo nesse contexto.
- Ogilvie (1988) — Trata do conceito de estágio do espelho e auxilia na compreensão do texto original de Lacan, “O estágio do espelho como formador da função do eu”.
- Peron (2011) — O artigo “Considerações sobre o complexo de Édipo, novas configurações familiares e a função paterna”, de Paula Peron, oferece importantes considerações acerca do lugar que a função paterna ocupa na subjetivação dos sujeitos

da era pós-moderna e apresenta as ideias acerca do tema de renomados teóricos, como Jurandir Freire Costa, Joel Dor, Maria Rita Khel e Joel Birman.

- Quinet (2009) — O autor discorre sobre conceitos fundamentais para a compreensão da psicose como estrutura, sobre o estágio do espelho, a função materna, a alienação no Outro, a função paterna, o Nome-do-Pai e a metáfora paterna.
- Violante (2000) — Texto que traz importantes apontamentos sobre as características da pesquisa em psicanálise.

## Capítulo 1

### Fundamentos do pensamento laciano

É possível esperar ver um animal doméstico, por exemplo, um gato, um cachorro ou uma ave de galinheiro, quando se acha perdido ou isolado, voltar ao comportamento natural que era o da espécie antes da intervenção exterior da domesticação. Mas nada de semelhante pode se produzir com o homem, porque no caso deste último não existe comportamento natural da espécie ao qual o indivíduo possa voltar mediante regressão (LÉVI-STRAUSS, 1949, p. 43).

Segundo Lévi-Strauss, é impossível esperar do homem qualquer manifestação de comportamento natural e instintivo, comportamentos isentos de influências culturais (LÉVI-STRAUSS, 1949). Para compreendermos melhor essa ideia apresentada por Lévi-Strauss em “Natureza e cultura”, pensemos em um cachorrinho que logo ao nascer é retirado de sua mãe e criado por meio dos cuidados dos humanos, completamente isolado de outros indivíduos de sua espécie. Esse cãozinho apresentará comportamentos típicos da espécie, como latir, roer, rosnar e levantar a perna para urinar, apesar de nunca haver testemunhado nenhuma manifestação de tais comportamentos. Conforme afirma Lévi-Strauss (1949), tais comportamentos são de ordem instintiva e sua transmissão se dá através da hereditariedade. O mesmo pode ser observado em todas as demais espécies de animais, exceto nos humanos.

Um bebê humano que, a partir de seu nascimento, fosse privado do contato com outros homens não apresentaria o conjunto de comportamentos que podem ser considerados caracteristicamente humanos. Para nossa perplexidade, esse bebê privado do contato com outros seres humanos não falaria, não choraria nem sequer sorriria como os demais de sua espécie. Tanto os comportamentos leigamente percebidos como naturais, como chorar, sorrir, andar e falar, quanto aqueles comportamentos mais facilmente percebidos como manifestações culturais, como preparar os alimentos para ingestão, banhar-se, vestir-se, escovar os dentes, pentear os cabelos, sentar-se em cadeiras, criar e utilizar ferramentas, não se qualificam como manifestações instintuais, não sendo transmitidos hereditariamente (LÉVI-STRAUSS, 1949). Em vez disso, são entendidos como comportamentos de ordem cultural, sendo sua transmissão realizada a partir da linguagem e do contato com outros homens (LÉVI-STRAUSS, 1949).

Comprovar, por meio de experimentos controlados, a não existência de um estado natural do homem que preceda interferências culturais mostra-se praticamente inviável, por motivos éticos e práticos (LÉVI-STRAUSS, 1949). Qualquer tentativa de criar um ambiente onde um bebê humano, imediatamente após seu nascimento, pudesse ser observado livre de qualquer contato com outros humanos e, assim sendo, pudesse ser observado em seu suposto estado natural precedente à entrada na cultura, estaria fadada ao fracasso, uma vez que tal ambiente, por ser criado cientificamente por humanos, seria ele próprio manifestação cultural (LÉVI-STRAUSS, 1949). Ademais, afastar o recém-nascido do contato com a mãe caracterizaria mais uma interferência de ordem da cultura e do não natural (LÉVI-STRAUSS, 1949). No entanto, estudos realizados a partir das observações de *crianças selvagens*, ou seja, de crianças que sobreviveram certo período de tempo, perdidas no campo e fora do convívio social, conduzem à confirmação de que o contato direto com outros homens e a transmissão cultural são indispensáveis para a aquisição dos comportamentos considerados tipicamente humanos (LÉVI-STRAUSS, 1949). Vemos assim que, ao distinguir-se dos outros animais por seu caráter cultural, o homem nasce aberto a inúmeras possibilidades de constituição; sendo assim, depende imprescindivelmente da interação com outros homens para constituir-se humano (LÉVI-STRAUSS, 1949).

Essa ideia desenvolvida por Lévi-Strauss é central na teoria de constituição psíquica de Lacan. Tal teoria considera fundamental o papel do meio social enquanto cultura na constituição psíquica do sujeito, rompendo com a visão de outros teóricos, como Jean Piaget, que defendem a ideia de desenvolvimento psíquico, implicando uma linearidade hierárquica; como se a evolução psíquica do sujeito ocorresse de maneira espontânea e biologicamente determinada, independentemente das influências do meio externo. Na visão lacaniana, o homem não pode ser pensado como um ser biologicamente determinado, mas, sim, como um ser marcado pela cultura, ou seja, pela linguagem. Enquanto que a ordem animal é denominada pelo imaginário, pela captação cativante da forma, a *Gestalt*, a ordem humana é caracterizada pela função simbólica que intervém em todos os momentos e em todos os níveis de existência (QUINET, 2009). A linguagem, assim como sua acompanhante, a cultura, nasce a partir do homem. Mas é também ela própria que dá vida ao ser humano como tal.

Está aí, sem dúvida, a parte mais original da obra de Lacan: a sua descoberta. Essa passagem da existência (no puro limite) biológica à existência humana (filho de

homem), Lacan mostrou que ela se operava sob a Lei da Ordem que eu chamarei Lei da Cultura, e que essa Lei da Ordem se confundia, em sua essência formal, com a ordem da linguagem (ALTHUSSER, 2002, p. 64).

A Lei da Cultura faz-se presente mesmo antes do nascimento do bebê, que, apesar de ao nascer ainda não ter adquirido linguagem, nasce já imerso em uma rede de significantes que designa seu lugar e seu papel no mundo. Essa Ordem, essa Lei, o marca por toda sua existência.

[...] o homem, desde antes de seu nascimento e para além de sua morte, está preso na cadeia simbólica, a qual fundou a linguagem antes que nela se bordasse a história [...] É em seu próprio ser, em sua personalidade total, como se expressam alguns comicamente, que ele é efetivamente apanhado como um todo, só que à maneira de um peão, no jogo do significante, e isso, desde antes que as regras desse jogo lhe sejam transmitidas [...] (LACAN, 1998e, p. 471).

Segundo Quinet (2009, p. 8),

Para conceber o que ocorre nesse domínio próprio da ordem humana, é preciso partir da ideia de que essa ordem se constitui como uma totalidade, e é por isso que Lacan afirma que o Outro, o lugar do significante, é prévio. A ordem simbólica é dada de saída em seu aspecto universal.

Freud, ao afirmar que tudo depende da linguagem, já destacava seu papel fundamental na vida psíquica dos humanos (ALTHUSSER, 2002). No entanto, foi Lacan quem afirmou que o inconsciente é estruturado como uma linguagem (ALTHUSSER, 2002). O que quer dizer que o inconsciente não só é composto por palavras, como também que seus conteúdos se organizam como as palavras na construção de frases e histórias. A afirmação que atesta que o inconsciente é estruturado como uma linguagem sugere que seus elementos, os elementos do inconsciente, relacionam-se entre si de maneira particular e organizada, assim como os elementos constituintes de uma língua (BENVENISTE, 1978).

Vemos assim como a linguagem é, sem dúvida, peça-chave na teoria lacaniana de constituição do sujeito e a linguística estrutural de Saussure, um dos mais importantes alicerces desta teoria (ALTHUSSER, 2002). Essa nova ciência, a linguística estrutural, nascida após o surgimento da psicanálise, mostrou-se um instrumento indispensável para a teorização de Lacan (ALTHUSSER, 2002). Foi à luz dessa nova ferramenta que Lacan propôs um retorno a Freud, uma releitura da teoria freudiana já amadurecida (ALTHUSSER, 2002). Ao criar a teoria

psicanalítica, Freud serviu-se das ferramentas científicas existentes naquele período da história, como a física, para traduzir em palavras e hipóteses teóricas suas observações clínicas. Lacan, por sua vez, traduziu os achados de Freud aos moldes dessa nova ferramenta, a linguística estrutural, e serviu-se dela também para expandir a teoria por Freud desenvolvida (ALTHUSSER, 2002). Como exemplo, vemos que, ao estudar os mecanismos dos sonhos, Freud identificou duas variantes, o deslocamento e a condensação, emprestando tais termos da física para traduzir suas observações (ALTHUSSER, 2002). Lacan reconheceu nos mecanismos de deslocamento e condensação descritos por Freud dois elementos essenciais da linguística, a metonímia e a metáfora (ALTHUSSER, 2002).

Os primeiros trinta anos de trabalho de Lacan, também conhecidos como Primeira Clínica, foram, como vimos acima, fortemente influenciados pela linguística estrutural. Uma marca significativa da teoria desenvolvida por Lacan durante este período, marca esta herdeira do estruturalismo, é a noção de que a constituição psíquica organiza-se de forma estrutural (MATTOS, 2009). Lacan empresta da psiquiatria os conceitos de neurose, psicose e perversão, mas passa a pensá-los como estruturas psíquicas distintas nas quais cada sujeito constitui-se de maneira exclusiva e imutável (MATTOS, 2009). Em outras palavras, cada sujeito constituir-se-á de forma irreversível como neurótico, perverso ou psicótico (MATTOS, 2009); sendo que cada uma dessas três estruturas psíquicas revela maneiras particulares nas quais os elementos subjetivos organizam-se e relacionam-se entre si (MATTOS, 2009). Este é um ponto de fundamental importância para a proposta de discussão apresentada neste trabalho; portanto, voltaremos a ele com mais atenção mais adiante.

Retomando o que vimos até este ponto, temos a ideia de que o homem, apesar de seu substrato biológico, é determinado pela linguagem, não havendo estado humano natural que possa ser observado livre da influência cultural. Vimos também que, apesar de, ao nascer, o bebê ainda não falar, ele já nasce imerso na linguagem, num mundo cultural que preexiste a ele e que o marcará por toda sua existência. Esse universo simbólico, exclusivo dos humanos, pode ser entendido como um organizador fundamental, ou seja, como uma Lei, a Lei da Cultura. Essa Lei que precede o nascimento do bebê humano marca cada etapa de sua constituição psíquica, contrapondo-se à ideia de que a psique humana desenvolve-se de maneira espontânea e linear. Vimos também que existem três maneiras distintas, exclusivas e imutáveis de constituição

psíquica, ou seja, três formas finais que o inconsciente pode assumir ao final da passagem pelo complexo de Édipo, a saber, as estruturas neurótica, perversa e psicótica (CABAS, 2005).

### **O estádio do espelho**

Mas, se o homem difere dos demais animais pelo seu caráter cultural, por ser um ser da cultura e não apenas um ser da natureza, como pensar então na constituição de sua personalidade? Como vem o bicho homem a tornar-se humano, dono de uma subjetividade com características únicas? Embarquemos na exploração dessas questões a partir de um trabalho de Lacan intitulado “O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica” (LACAN, 1998d). Neste trabalho, Lacan parte de observações já conhecidas, realizadas e apresentadas por cientistas como Khohler, Baldwin e Wallon, e atribui a elas uma nova significação que vem a tornar-se chave para a compreensão do processo de constituição subjetiva (OGILVIE, 1988).

O primeiro ponto apresentado neste trabalho, e que merece nossa atenção, refere-se à prematuração biológica do humano. Diferentemente dos animais de outras espécies, o bebê humano nasce com o sistema neurológico ainda bastante imaturo; nasce sem a mielinização dos fechos piramidais, o que acarreta a falta de coordenação motora e a sensação de um corpo fragmentado (LACAN, 1998d). Essa experiência própria do bebê humano, além de causar-lhe mal-estar pela sensação de um corpo não unificado e da incapacidade de coordenar seus próprios movimentos, coloca-o na dependência de um outro humano capaz de dispensar-lhe os cuidados necessários para sua sobrevivência. Neste momento, o bebê existe de maneira indiferenciada perante o outro e orienta-se no mundo de forma caótica. O processo de diferenciação e de conquista de um corpo unificado tem início nos primeiros meses de sua vida, evoluindo durante o estádio do espelho, quando, por volta dos 6 aos 18 meses de idade, esse bebê, que ainda não adquiriu controle sobre seus próprios movimentos, passa a ser capaz de reconhecer sua própria imagem no espelho (LACAN, 1998d). A capacidade de reconhecer sua imagem no espelho nos é revelada, como aponta Lacan (1998d), pelo júbilo que tal fenômeno promove no bebê e pela série de movimentos subsequentemente por ele realizados. O reconhecimento da imagem de um corpo unificado marca um momento fundamental da formação do primeiro Eu, uma vez que traz

alívio à sensação de um corpo fragmentado, dando ao bebê a sensação de ser Um (LACAN, 1998d). Em outras palavras, a imagem de um corpo unificado refletida no espelho antecipa a condição neurológica do bebê, antecipa de maneira imaginária um corpo ainda não unificado.

O estágio do espelho é o encontro do sujeito com aquilo que é propriamente uma realidade e, ao mesmo tempo, não o é, ou seja, com uma imagem virtual, que desempenha um papel decisivo numa certa cristalização do sujeito à qual dou o nome de *Urbild*. [...] A imagem do corpo é conquistada como algo que, ao mesmo tempo, existe e não existe, e em relação ao qual ela situa seus próprios movimentos [...] O privilégio dessa experiência está em oferecer ao sujeito uma realidade virtual, irrealizada, captada como tal, a ser conquistada (LACAN, 1999, p. 233).

O primeiro esboço de um Eu é, portanto, efeito dessa imagem na qual o bebê se aliena. É também a partir das marcas deixadas por essa imagem que se constituirá toda matriz subjetiva (LACAN, 1998d).

Apresentada a ideia da formação de um primeiro Eu a partir a imagem refletida no espelho, aprofundemos agora a noção de espelho como pensada por Lacan. Para Lacan, o espelho que reflete a imagem do bebê não está limitado ao objeto físico refletor que nos é comumente conhecido; em Lacan, a noção de espelho expande-se para todo e qualquer comportamento de outro ser humano que responda a esse bebê (OGILVIE, 1988), expande-se para as projeções que o outro faz sobre esse bebê, como o vê e o que espera dele. A imagem que antecipa a unificação do corpo fragmentado do bebê é o reflexo do lugar no mundo criado pelo outro para esse ser em processo de humanização. Podemos pensar também esse espelho como sendo o olhar do Outro, como aponta Laznik (2004). O olhar do Outro, no entanto, não deve confundir-se com a visão de um outro; o olhar diz respeito ao investimento libidinal que exerce um papel fundamental na instauração da imagem do corpo unificado e na criação do espaço imaginário (LAZNIK, 2004); o olhar pode ser um efeito da palavra (LAZNIK, 2004). É através deste olhar e no espaço virtual por ele criado que surge a imagem especular na qual o sujeito poderá reconhecer-se como Eu (LAZNIK, 2004). A alienação imaginária que dá suporte ao primeiro esboço de um Eu é, portanto, alienação imaginária no Outro (LAZNIK, 2004).

Há algumas observações importantes a serem feitas sobre esse momento de construção da subjetividade. Conforme afirma Lacan (1998d), o bebê que se encontra nesse momento da constituição subjetiva ainda não ascendeu à ordem simbólica, ou seja, ainda não adquiriu linguagem, apesar de ter nascido imerso nela. A esse sujeito, que ainda não possui a capacidade

de linguagem e que se comunica de forma especular, Lacan dá o nome de *infans* (LACAN, 1998d). Outro ponto importante a ser mencionado é que a formação desse primeiro Eu não só é contemporâneo à constituição do *Eu Ideal*, como se dá a partir de uma identificação a este (LACAN, 1998d). Esse primeiro Eu, equivalente ao *Eu Ideal* e que passará a ser receptáculo das identificações secundárias (LACAN, 1998d), é designado *Moi* (LACAN, 1999).

### **Primeiro tempo lógico do Édipo**

Vimos até esse ponto que o bebê humano nasce com seu sistema neurológico imaturo, o que acarreta sensações de despedaçamento do corpo e dependência de outro humano que dedique a ele os cuidados necessários para sua sobrevivência. Vimos também que o estágio do espelho marca um momento crucial da constituição subjetiva, já que é a partir da imagem refletida no espelho, assim como a partir do olhar do Outro direcionado a esse bebê que se constitui um primeiro esboço de Eu, o *Moi* (LACAN, 1999). Notemos que o *Moi* precede o *Je*, o sujeito do inconsciente formado a partir da passagem estruturante pelo complexo de Édipo (DOR, 1989). Retomaremos esse ponto mais adiante.

Por hora, tomemos o fato de que, devido à sua prematuridade, o recém-nascido depende de outro que garanta sua sobrevivência; no entanto, preencher exclusivamente suas necessidades biológicas não é suficiente para que esse bebê se constitua sujeito, como nos mostra a experiência de *hospitalismo* citada por Laznik (2004). Para sobreviver, a criança depende inteiramente de um vínculo baseado não apenas na satisfação de suas necessidades biológicas, mas principalmente na articulação dessa satisfação com o campo simbólico representado pela mãe (FARIA, 2003) ou demais cuidadores primordiais. Portanto, algo a mais há de operar para que esse pedacinho de carne passe pelo processo de humanização, para que seja trazido ao mundo subjetivo através da linguagem; é aqui que entra a função materna como fundadora da subjetividade. Previamente aos efeitos estruturantes da função materna, o *infans* encontra-se em um estado de não-ser, ou na posição de *nem-sequer-objeto* (GOLDGRUB, 2010). Um aprisionamento neste estado de não-ser culmina em autismo (LAZNIK, 2004).

Conforme aponta Faria (2003), a partir dos cuidados dedicados ao recém-nascido cria-se um vínculo que é marcado pelas primeiras experiências de satisfação e no qual campo da

linguagem exerce um papel fundamental; a mãe, como principal cuidadora do bebê, investe nele libido e a partir de seus próprios conteúdos inconscientes vai significando seus gestos e sons. Dessa maneira, os gritos e movimentos do bebê vão adquirindo um significado a partir da significação dada a eles por essa mãe (FARIA, 2003).

A particularização do interesse da mãe pela criança exige portanto um passo, que implica um mais-além da suposição, pela mãe, da criança como ser da necessidade. Esse mais-além é o que levaria a mãe a situar-se como suposta detentora do sentido do choro da criança, transformando esse choro num apelo endereçado a ela. Nesse mais-além, o que encontramos é a suposição, na criança, do que podemos chamar um ser de demanda. O passo que é transposto na passagem do campo da necessidade ao da demanda é exatamente esse, a demanda implica o Outro (FARIA, 2003, p. 157-158).

É nesse sentido, afirma Faria (2003), que Lacan refere-se à mãe como Outro materno ou Outro primordial (A), indicando que a mãe ocupa primordialmente o lugar do grande Outro, ou seja, o lugar do tesouro do significante.

Mas, como o próprio nome indica, a função materna, por se tratar de uma função, não está vinculada exclusivamente à mãe biológica, ela pode ser exercida por qualquer cuidador que banhe a criança em linguagem e invista nela libido, que a deseje (FARIA, 2003). Da mesma forma, o termo grande Outro não está limitado à figura da mãe:

[...] esse lugar simbólico (o do grande Outro, A) não depende unicamente da presença da mãe, da mesma forma que a presença da mãe não o garante. Daí a importância de nomeá-lo grande Outro, A, indicando sua não redução à personagem materna – embora não se possa negar que a mãe costuma ter aí um papel fundamental (FARIA, 2003, p. 149).

É nesse primeiro momento da constituição subjetiva que o bebê, ao ser desejado, é colocado na posição de objeto de desejo do Outro, na posição de falo, ou seja, daquele capaz de preencher a falta do Outro (DOR, 1989).<sup>1</sup> Para tanto, pressupõe-se que este outro seja um ser faltante; em outras palavras, que tenha ele próprio atravessado o complexo de Édipo, passando a existir como sujeito castrado (S/), conforme explicita Lacan (1999) e reafirma Cabas (2005).

[...] a dimensão do Outro como lugar do depósito do tesouro do significante, comporta, para que ele possa exercer plenamente sua função de Outro, que ele tenha também o

<sup>1</sup> Cabe aqui ressaltar o papel fundamental do significante falo no processo de constituição subjetiva; é entorno deste significante que se ordena todo o complexo de Édipo (ALTHUSSER, 2002).

significante do Outro como Outro. Também o Outro tem, além dele, esse Outro capaz de dar fundamento à lei. Essa é uma dimensão que, é claro, é igualmente da ordem do significante, e que se encarna em pessoas que sustentam essa autoridade (LACAN, 1999, p. 162).

[...] atrás da mãe sensível ocorre uma função: a capacidade de vencer a resistência do organismo a erogear-se. Essa função depende de uma cisão (a saber, a castração), ou seja, o mesmo processo pelo qual a mãe foi ela mesma um organismo biológico, que teve que tornar-se um esboço erógeno (CABAS, 2005, p. 119).

Esse Outro, uma vez ascendido ao registro simbólico através da passagem pelo Édipo e da assunção de sua própria castração, passa a ter a possibilidade de vir a fazer o acolhimento desejante do bebê (FARIA, 2003). Acolhimento este que, apoiado no desejo materno, retira-o da posição de *nem-sequer-objeto*, trazendo-o para o mundo subjetivo e marcando assim o primeiro momento da constituição subjetiva, ou primeiro tempo do Édipo (LACAN, 1999). Portanto, concomitantemente à fase identificatória do estádio do espelho, o bebê coloca-se nessa relação fusional com a mãe (QUINET, 2009), devido ao fato do bebê buscar identificar-se com o que supõe ser o objeto de seu desejo, ou seja, o falo (DOR, 1989).

“O que a criança busca é fazer-se desejo de desejo, poder satisfazer o desejo da mãe, isto é, *to be or not to be* o objeto de desejo da mãe” (LACAN, 1999, p. 197).

Ao identificar-se com o que ele supõe faltar à mãe, o bebê é então colocado na posição de objeto de seu desejo. Mas, como nos aponta Dor (1989), essa relação fusional com a mãe só é possível na medida em que tal relação não tenha ainda sofrido a mediação de um terceiro, a saber, o pai. Nessa primeira etapa, a criança acredita ser o falo da mãe (DOR, 1989). Se a função materna opera, a subjetividade da criança passa então a existir de forma alienada no desejo da mãe (FARIA, 2003).

Vimos então que, ao nascer, o bebê ainda não faz parte do mundo subjetivo ao qual deverá ser trazido através da linguagem; encontra-se na posição de *nem-sequer-objeto* e, se ali permanecer, constituir-se-á autista. Os cuidados maternos providos de linguagem e de investimento libidinal são fundamentais para retirar o bebê dessa condição inicial; no entanto, colocam-no numa condição de assujeitamento, na qual, para obter qualquer satisfação, ele depende inteiramente da forma na qual o seu grito é significado pelo Outro materno (FARIA, 2003). Em outras palavras, esse primeiro tempo do Édipo marca o primeiro momento de subjetivação, no qual o bebê ainda se encontra alienado no desejo do Outro, dependendo que este

lhe diga o que ele é e o que ele quer. Nesse momento, o bebê, ou *infans*, ainda não adquiriu linguagem, mas já passa a comunicar-se de maneira especular. Nessa primeira etapa, o *infans* ainda não reconhece a falta nele nem no outro; sua relação com a mãe, ou melhor, com o objeto de desejo da mãe, ainda não sofreu mediação aparente de um terceiro, prescindindo assim da dimensão da castração. Nesse momento, o grande Outro apresenta-se para a criança como A, para posteriormente passar a apresentar-se como A/. Em outras palavras,

A mãe como ser falante é submetida à Lei simbólica e a criança dela recebe a incidência dessa Lei. Mas a lei da mãe é onipotente, pois só ela é capaz de satisfazer e suprir as necessidades da criança, ou seja, ela pode ou não satisfazê-las. A lei dessa mãe onipotente é uma lei incontrolada que só depende de sua boa e má vontade. Nesse primeiro tempo lógico do Édipo, a mãe é para a criança um Outro absoluto, sem lei (QUINET, 2009, p. 10).

Como vimos, uma falha na função materna pode culminar em autismo, evidenciando a importância da alienação no desejo do Outro para a fundação da subjetividade (FARIA, 2003); no entanto, o aprisionamento permanente na posição de objeto de desejo do Outro é igualmente prejudicial à constituição do sujeito, tendo como consequência a estruturação psicótica (QUINET, 2009), como veremos mais adiante. Ademais, é importante notar que esse primeiro momento da constituição subjetiva é também, como nos aponta Lacan (1999), o momento fecundo para as identificações perversas. Lacan situa na suspensão da questão de ser ou não ser o falo, questão essa que surgira no segundo tempo do Édipo com a entrada de um terceiro na relação mãe-bebê, um ponto favorável às identificações perversas (DOR, 1989).

Nessa etapa, muitas coisas se detêm e se fixam em um certo sentido. Conforme a maneira mais ou menos satisfatória de a mensagem se realizar em M, pode fundar-se um certo número de distúrbios e perturbações, dentre eles as identificações que qualificamos de perversas (LACAN, 1999, p. 198).

Retornaremos à questão da perversão mais adiante, quando apontaremos seu operador próprio, a recusa, contrapondo-o aos operadores da neurose e da psicose, a saber, respectivamente, o recalque e a forclusão.

## Segundo tempo lógico do Édipo

Como vimos, a alienação no desejo do Outro é fundamental para a constituição subjetiva; no entanto, um aprisionamento nessa posição de objeto acarreta na estruturação psicótica (LACAN, 1999). É num segundo momento de constituição subjetiva que ocorre o rompimento dessa alienação no desejo do Outro, o que se dá a partir da entrada de um terceiro, que opera deslocando o *infans* dessa posição de objeto, mediando assim a relação mãe-bebê-falo (DOR, 1989).

Notemos desde já que a função paterna se dá, não a partir da figura concreta do pai, mas desde o próprio discurso da mãe, do lugar que o pai ocupa nesse discurso, “na medida em que o que diz não é de modo algum, igual a zero” (LACAN, 1999, p. 197). O lugar que o pai ocupa no discurso da mãe está, por sua vez, intimamente relacionado à maneira como essa mãe posiciona-se perante seu próprio desejo, ou seja, perante a falta resultante de sua castração. A relação da mãe com seu desejo é crucial para que essa criança seja descolada da posição de objeto:

[...] em relação à posição fálica, a criança deve ocupar um lugar no desejo materno, deve preencher, em certa medida, os requisitos para ocupar esse lugar, mas não pode ser excessivamente eficaz em fazê-lo. Ou seja, a mãe deve manter-se, para além da relação com a criança, desejante, o que entretanto não exclui a necessidade de um desejo igualmente endereçado à criança (FARIA, 2003, p. 152).

Em outras palavras, uma mãe castrada não é capaz de manter seu bebê permanentemente na posição fálica, pois para ela o falo circula livremente e sua falta jamais pode ser preenchida por um único objeto. Sendo assim, em algum momento, ela desvia seu olhar, ou seja, seu interesse, para algo além do bebê. Esse algo para além do bebê pode ser o próprio pai da criança, aqui colocado como pai real, figura concreta do pai (DOR, 1991), que aparece enquanto outro na relação mãe-bebê (DOR, 1989).

Essa intrusão de um terceiro na relação intersubjetiva mãe-bebê suscita na criança um questionamento acerca de sua identificação imaginária com o objeto de desejo da mãe, colocando para a criança a questão de ser ou não ser o falo. Conforme a criança abdica do seu posto de objeto de desejo da mãe, ocorre um deslocamento fálico, e o desejo da mãe passa a aparecer para a criança como dependente de um objeto que o outro — aqui, o pai — é suposto ter ou não (DOR, 1989).

Esse é o estágio, digamos, nodal e negativo, pelo qual aquilo que desvincula o sujeito de sua identificação liga-o, ao mesmo tempo, ao primeiro aparecimento da lei, sob a forma desse fato de que a mãe é dependente de um objeto, que já não é mais simplesmente o objeto de seu desejo, mas um objeto que o Outro tem ou não tem (LACAN, 1999, p. 199).

O desejo da mãe surge como submetido à lei do desejo do outro (DOR, 1989), e a mãe deixa de aparecer para a criança como Outro absoluto (A) e passa a aparecer como Outro barrado (A/) (FARIA, 2003), ou seja, como Outro que não é soberano e que está ele próprio submetido a uma lei que é de um outro, a lei do pai.

Na ligação estreita deste remeter a uma lei que não é sua, com o fato de que o objeto de seu desejo é possuído “soberanamente” por esse mesmo “outro” à lei do qual ela remete, temos a chave da relação do Édipo e do que constitui o caráter tão essencial, tão decisivo desta relação da mãe, tal como lhes peço para isolar como relação não com o pai, mas à palavra do pai [...] (LACAN, 1999, p. 199).

[...] o pai se afirma em sua presença privadora, como aquele que é o suporte a lei, e isso já não é feito de maneira velada, porém de um modo mediado pela mãe, que é quem o instaure como aquele que lhe faz a lei (LACAN, 1999, p. 200).

Mais precisamente, a privação acima citada diz respeito à mãe e ao seu objeto de desejo; ou seja, o pai, em sua presença privadora, priva a mãe do falo, com o qual o bebê encontrava-se identificado (LACAN, 1999). A partir de então, a criança começa a confrontar-se com o registro da castração (DOR, 1991), e o bebê, até então referido como *infans*, dá os primeiros passos em direção à ordem simbólica (FARIA, 2003).

É importante notar que o pai real, encarnado na figura concreta do pai ou de qualquer outra pessoa que interceda na relação mãe-bebê, serve de suporte para a função a ela relacionada, ou seja, à função paterna, que nesse momento se dá de forma imaginária. A criança, que aqui começa a adquirir linguagem, já passa a reconhecer a falta em si, mas não no pai imaginário. Esse momento da constituição subjetiva é considerado como sendo a raiz da melancolia, também conhecida como psicose maníaco-depressiva; mas é também o momento que possibilita a abertura da hiância a partir da qual poderá emergir um sujeito desejante (FARIA, 2003).

### Terceiro tempo lógico do Édipo

O terceiro momento da constituição subjetiva consolida o ingresso da criança na ordem simbólica (LACAN, 1999). Neste momento, a função paterna se dá através de uma simbolização; o pai surge como detentor do falo, e o desejo da mãe é então nomeado (LACAN, 1999). Encontramo-nos aqui diante do pai simbólico (LACAN, 1999). Enquanto no segundo tempo lógico do Édipo o pai imaginário surge como onipotente, fazendo com que a introdução à lei seja introdução à lei do pai (LACAN, 1999), no terceiro tempo o pai passa a ser percebido como sendo ele próprio assujeitado a uma lei e torna-se o suporte de uma lei que lhe cabe representar (FARIA, 2003). Voltaremos a esse ponto mais adiante. Notemos por hora que o nome-do-pai é o significante que entra no lugar do desejo da mãe, sendo, portanto, também referido como metáfora paterna (LACAN, 1999). É a partir da instauração da metáfora paterna, correlativa do recalque originário, que a criança ascende ao registro da castração, tornando-se um sujeito barrado, também referido como sujeito do desejo ou do inconsciente, o *Je* (LACAN, 1999).

Este é também o momento da constituição sexual e da construção do *Ideal do eu* (LACAN, 1999). Como nos aponta Dor (1989), nesse momento da constituição subjetiva, tanto a criança como a mãe encontram-se inscrita na dialética do ter o falo. Mãe e criança, ambas desprovidas de falo, podem desejá-lo naquele que o tem, e é essa dialética do ter que convoca o jogo das identificações determinantes para o processo de sexuação.

[...] há no Édipo a assunção do próprio sexo pelo sujeito, isto é, para darmos os nomes às coisas, aquilo que faz com que o homem assuma o tipo viril e com que a mulher assumam um certo tipo feminino, se reconheça como mulher, identifique-se com suas funções de mulher. A virilidade e a feminização são os dois termos que traduzem o que é, essencialmente, a função do Édipo. Encontramo-nos, aí, no nível em que o Édipo está diretamente ligado à função do Ideal do eu — ele não (LACAN, 1999, p. 171).

Como nos explica melhor Dor (1989 p. 88),

O menino, que renuncia a ser o falo materno, engaja-se na dialética do ter, identificando-se com o pai que supostamente tem o falo. A menina pode igualmente subtrair-se à posição de objeto do desejo da mãe e deparar-se com a dialética do ter sob a forma do não ter. Ela encontra, assim, uma identificação possível na mãe; pois, como ela, “ela sabe onde está, ela sabe onde deve ir busca-lo, do lado do pai, junto àquele que o tem”.

Independentemente do sexo da criança, esse momento da subjetivação é fundamental, pois é ele que marca a constituição das estruturas neurótica e perversa; a primeira implicando a aceitação da castração e a segunda a sua recusa (DOR, 1989). Notemos, por hora, que o mecanismo operador da neurose é o recalque, o da perversão é a recusa e o da psicose é a forclusão.

## Capítulo 2

### Nome-do-pai e metáfora paterna

Retornemos por um instante ao momento do Édipo correspondente ao início do ingresso na ordem simbólica; esse momento, como nos aponta Quinet (2009), é assinalado pelo jogo do fort-da, descrito por Freud em *Além do princípio do prazer*.

Certo dia fiz uma observação que confirmou meu ponto de vista. O menino tinha um carretel de madeira com um cordão amarrado em volta dele. Nunca lhe ocorrera puxá-lo pelo chão atrás de si, por exemplo, e brincar com o carretel como se fosse um carro. O que ele fazia era segurar o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessá-lo por sobre a borda de sua caminha encortinada, de maneira que aquele desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo que o menino proferia seu expressivo “o-o-ó”. Puxava então o carretel para fora da cama novamente, por meio do cordão, e saudava o seu reaparecimento com um alegre “da” (“ali”). Essa, então, era a brincadeira completa: desaparecimento e retorno (FREUD, 2006, p. 25-26).

O que o trecho acima nos mostra é que a criança, através do jogo com o carretel, encontrou uma maneira simbólica de lidar com a presença e ausência da mãe. A mãe é aqui representada pelo carretel e suas partidas e retornos, representados pelas idas e vindas deste objeto; segundo Dor (1989), trata-se aqui de um duplo processo metafórico no qual a mãe, assim como suas idas e vindas, é representada simbolicamente. A mãe, agora podendo ser representada por uma palavra, deixa de ser um objeto primordial e passa ao estatuto de signo (QUINET, 2009), e a criança descobre, através de seu posicionamento ativo no jogo do fort-da, que possui o controle, mesmo que simbólico, da mãe como objeto perdido. “Em outras palavras, o fort-da nos indica que ela consegue doravante controlar fundamentalmente fato de não ser mais o único e exclusivo objeto de desejo da mãe, isto é, o objeto que preenche a falta do Outro, ou seja, o falo” (DOR, 1989, p. 90).

Há, portanto, uma profunda mudança da relação da criança com a mãe, deixando de ser uma relação imediata para ser mediada simbolicamente pela linguagem (QUINET, 2009). É nesse jogo do carretel que podemos ver a ilustração perfeita do que Lacan chamou de substituição significante, ou metáfora paterna (DOR, 1989). No entanto, como nos aponta Quinet

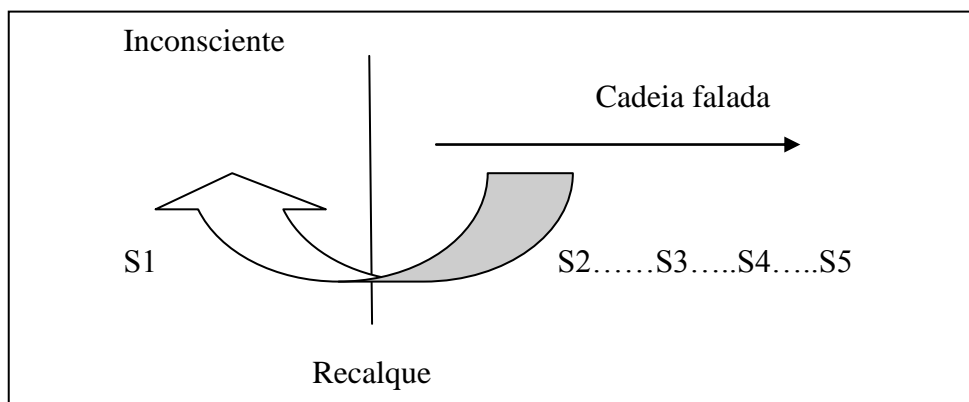
(2009), essa mediação simbólica entre a mãe e a criança não se produz sozinha; para que ela ocorra, é

[...] necessária a intervenção de um terceiro que introduza a lei da interdição, de proibição, como um não à reintegração da criança pela mãe, um não à criança como objeto de uso da mãe. É aí que aparece a instância paterna como metáfora do Pai, isto é, aquilo que no discurso da mãe representa o pai: o Nome-do-Pai [...] O Nome-do-Pai é o pai enquanto função simbólica [...] (QUINET, 2009, p. 11).

O nome-do-pai é o significante que nomeia o desejo da mãe, que entra no lugar do desejo da mãe, dando andamento à operação lógica chamada metáfora paterna e à entrada na ordem simbólica. A metáfora paterna representa a simbolização primordial da Lei, “que se efetua na substituição do significante fálico pelo significante Nome-do-Pai” (DOR, 1989, p. 90). A metáfora paterna é sustentada pelo recalque originário; é o recalque originário que possibilita que um significante, o nome-do-pai, substitua o significante fálico do desejo da mãe (DOR, 1989); ao mesmo tempo, é a metáfora paterna que faz com que o recalque originário não malogre (DOR 1989). Mas o que supõe essa simbolização?, questiona Dor (DOR, 1989).

Em primeiro lugar, a experiência subjetiva por meio do qual a criança irá subtrair-se a uma vivência imediata, para lhe dar um substituto. [...] A vivência imediata da criança funda-se no modo de expressão de sua captura na dialética do ser: ser o único objeto de desejo da mãe, ser o objeto que preenche sua falta, ser seu falo. Para dar um substituto a essa vivência no ser, a criança deverá aceder à dimensão do ter. Ora aceder a tal dialética supõe que a criança esteja apta a distinguir a si própria da vivência e do substituto simbólico convocado para representá-la. Em outras palavras, a operação necessita que a criança seja conduzida a colocar-se como “sujeito”, e não mais apenas como “objeto” do desejo do Outro. O advento desse “sujeito” atualiza-se numa operação inaugural de linguagem, na qual a criança se esforça por designar simbolicamente sua renúncia ao objeto perdido. Tal designação só é possível se estiver fundada no recalque do significante fálico, nomeado também significante do desejo da mãe. [...] O recalque originário aparece então como a intervenção intrapsíquica que irá assegurar a passagem do real imediatamente vivido à sua simbolização na linguagem. [...] o recalque originário institui o acesso à metáfora paterna (DOR, 1989, p. 90-91).

Notemos que o significante fálico do desejo da mãe é representado por Lacan como S1 e o significante nome-do-Pai, que entrará no lugar do S1, é representado como S2. À medida que o S2 é introduzido, ele faz com que o S1 seja recalcado (DOR, 1989). A cadeia significante, ou cadeia falada, é então inaugurada por essa simbolização primordial evidenciada pelo jogo do fort-da (LACAN, 1998).



Retomemos a ideia de que, em um dado momento, a criança depara com as idas e vindas da mãe e é levada a atribuir a ausência da mãe à presença do pai, chegando a supor que quando a mãe está ausente, ela encontra-se presente junto ao pai (DOR, 1989). A partir daí, a criança pode designar/nomear o motivo das ausências de sua mãe, invocando, conforme nos aponta Dor (1989), a referência do pai que tem o falo, que tem aquilo que a mãe deseja. Estamos aqui no âmbito do pai simbólico, de uma função, e não necessariamente da figura concreta do pai; o pai simbólico, como nome-do-Pai, é o significante que nomeia o desejo da mãe e que passa a ocupar o seu lugar, permitindo o ingresso na ordem simbólica, como demonstrado pelo gráfico acima; o pai simbólico, como Nome-do-Pai, designa o lugar do código primordial, da Lei (LACAN, 1999).

É a instalação dessa Lei, pelo advento da metáfora paterna, que barra a onipotência do Outro (LACAN, 1998), deslocando a criança da posição de sujeito absoluto para a de sujeito do desejo. O sucesso da metáfora paterna e o concomitante recalque do significante fálico levam à constituição do sujeito do desejo e dão origem à estrutura neurótica (LACAN, 1999). Já o fracasso da metáfora paterna decorrente da exclusão do significante nome-do-pai (da foraclusão do nome-do-pai) leva à estruturação psicótica (LACAN, 1999).

Pode faltar alguma coisa numa cadeia dos significantes. Vocês precisam compreender a importância da falta desse significante especial do qual acabo de falar, o Nome-do-Pai, no que ele funda como tal o fato de existir a lei, ou seja, a articulação numa certa ordem do significante — complexo de Édipo, ou lei do Édipo, ou lei da proibição da mãe. Ele é o significante que significa que, no interior desse significante, o significante existe. É esse o Nome-do-Pai, e, como veem, ele é, no interior do Outro, um significante essencial, em torno do qual procurei centrá-los no que acontece na psicose — a saber, que o sujeito tem

de suprir a falta desse significante que é o Nome-do-Pai. Tudo o que chamei de reação em cadeia, ou de desbandada, que se produz na psicose, ordena-se em torno disso (LACAN, 1998, p. 153).

Evidencia-se assim a relevância dos conceitos de nome-do-pai e de metáfora paterna. Mas como estão estes dois conceitos relacionados com o de função paterna e com a figura concreta do pai?

### **Função paterna**

A discussão até aqui apresentada leva-nos à compreensão de que o complexo de Édipo, segundo Lacan, refere-se a uma série de operações lógicas que estão centradas em torno do significante *falo* e que levam a cabo a estruturação do sujeito. Entre essas operações lógicas encontra-se a metáfora paterna. A função do pai, ou função paterna, diz respeito ao que dá sustentação à metáfora paterna, ou seja, ao que dá sustentação à operação lógica de substituição do significante fálico do desejo da mãe pelo significante *nome-do-pai*. É nesse sentido que Lacan afirma: “A metáfora paterna [...] concerne à função do pai” (LACAN, 1999, p. 166). A função do pai, enquanto função simbólica, tem lugar central no complexo de Édipo (FARIA, 2003). Mas no que exatamente consiste essa função? Depende ela da figura concreta do pai no seio familiar?

Lacan (1999), de diversas formas, aponta para o não. Ao afirmar que “um Édipo podia constituir-se muito bem, mesmo quando o pai não estava presente” (LACAN, 1999, p. 172), indica que a ausência da figura concreta do pai não acarreta necessariamente a falha de sua função.

Primeiro, a questão de sua presença ou de sua ausência, concreta, como elemento do meio ambiente. Se nos colocarmos no nível em que se desenrolam essas pesquisas, isto é, no nível da realidade, poderemos dizer que é perfeitamente possível, concebível, exequível, palpável pela experiência, que o pai esteja presente mesmo quando não está, o que já deveria nos incitar a uma certa prudência no manejo do ponto de vista ambientalista no que concerne à função do pai. Mesmo nos casos em que o pai não está presente, em que a criança é deixada sozinha com a mãe, complexos de Édipo inteiramente normais — normais nos dois sentidos: normais como normalizadores, por um lado, e também normais no que se desnormalizam, isto é, por seu efeito neurotizante, por exemplo — se estabelecem de maneira exatamente homóloga a dos outros casos (LACAN, 1999, p. 173).

Ainda no *Seminário 5*, acrescenta que “mesmo que haja carência paterna [...] no sentido do pai ser imbecil demais, não é o essencial. O essencial é que o sujeito, seja por que lado for, tenha adquirido a dimensão do Nome-do-Pai” (LACAN, 1999, p. 162).

Mas, se por um lado um Édipo pode constituir-se muito bem mesmo quando o pai não está presente (LACAN, 1999), por outro, a mera presença da figura do pai no seio familiar também não é suficiente para garantir sua função (LACAN, 1999). A possível falha na metáfora paterna, mesmo quando há presença de um pai real, evidencia-se através do caso Schreber, como nos aponta Lacan (LACAN, 1999). O pai de Schreber, como já é bem sabido, nada tinha de fraco nem de ausente; sua inquestionável presença, no entanto, não garantiu a instauração da metáfora paterna. É à forclusão do significante nome-do-pai no inconsciente de Schreber que se atribui a origem de sua psicose (LACAN, 1999). Vemos assim que existem evidências clínicas inquestionáveis que apontam para o descolamento entre função paterna e presença do pai no ambiente familiar (FARIA, 2003). Esse descolamento ocorre devido ao fato, já mencionado, de a função paterna ser uma função simbólica; que, enquanto tal, deve ser pensada a partir de um outro lugar.

Mas, apesar de não depender da figura concreta do pai no ambiente familiar para fazer-se efetiva, a função paterna exige, ainda assim, um vetor, um vetor representante da função simbólica (DOR, 1991). Se o vetor dessa lei não é necessariamente, como já vimos, a figura concreta do pai biológico, o que é ele? Ele pode ser pensado, primeiramente, como qualquer elemento que represente a lei no inconsciente materno. O pai, como figura concreta, pode, por sua vez, ser aquele que assume tal papel. É aqui que entramos na questão do lugar que o pai ocupa no discurso da mãe. “O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal. Trata-se do pai, portanto, como Nome-do-Pai, estreitamente ligado à enunciação da lei” (LACAN, 1999, p. 197).

Ressaltemos novamente que o papel de representante da lei não está limitado à figura do pai e que o essencial é que o desejo da mãe “mantenha-se vivo para além da criança — impedindo o aprisionamento da criança nas malhas desse desejo [...]” (FARIA, 2003). Como aponta Faria (2003), esse desejo toma consistência nas mais variadas formas, não se restringindo a um endereçamento à figura do pai. É por esse motivo que Lacan nos faz pensar no pai não como figura concreta, mas, sim, no que ele é dentro do contexto do complexo de Édipo.

Que é o pai? Não digo na família, porque na família, ele é tudo o que quiser... o que às vezes tem toda a importância, mas também pode não ter nenhuma. A questão toda é saber o que ele é no complexo de Édipo. Pois bem, o pai aí não é um objeto real... Ele tampouco é unicamente um objeto ideal... O pai é o pai simbólico... É isto: o pai é uma metáfora. [...] Uma metáfora, como já lhes expliquei, é um significante que entra no lugar de outro significante. Digo que isso é o pai no complexo de Édipo, ainda que isso venha a aturdir os ouvidos de alguns. Digo exatamente: o pai é um significante que substitui um outro significante. Nisso está o pilar, o pilar essencial, o pilar único da intervenção do pai no complexo de Édipo. [...] A função do pai no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzindo na simbolização, o significante materno (LACAN, 1999, p. 180).

Que haja um segundo significante que tome o lugar do significante primordial do desejo da mãe implica que a lei esteja presente no inconsciente da mãe logo de saída, antes mesmo da entrada da criança na lógica edipiana (LACAN, 1999). Melhor dizendo, é preciso que a lei esteja presente naquele que encarna o grande Outro da criança em sua função total; ou seja, a lei deve preexistir a qualquer elemento para o qual a mãe desvie seu olhar. É nesse sentido que

[...] a dimensão do Outro como lugar do depósito, do tesouro do significante, comporta para que ele possa exercer plenamente sua função de Outro, que ele tenha também o significante do Outro como Outro. Também o Outro tem, além dele, esse Outro capaz de dar fundamento à lei. Essa é uma dimensão que, é claro, é igualmente da ordem do significante e que se encarnam em pessoas que sustentam essa autoridade. Se o A realmente é o lugar do significante, ele mesmo tem que trazer algum reflexo do significante essencial... (LACAN, 1999, p. 162- 163).

Ressaltemos que a função paterna é o que liga o desejo da mãe à lei de interdição, impedindo a reincorporação da criança pela mãe, deslocando a criança da posição de objeto de desejo da mãe. É nesse sentido que Lacan afirma que “[...] a verdadeira função do Pai, [...] é unir (e não opor) um desejo à lei” (LACAN, 1998f, p. 839). Tomemos agora emprestado um trecho do livro de Michele Faria que, muito claramente, explicita a que se refere a ideia de “remeter a mãe a uma lei que não é a dela, mas a de um Outro [...]” (LACAN, 1999, p. 199).

Em relação à entrada potencial do pai, a articulação nos remete à distinção entre a suposição, na criança, de um *ser de demanda* ou um *ser de desejo*. Como mostramos anteriormente, a suposição, na criança, de um *ser de desejo* implica que a mãe se coloque como aquela que dá o sentido, como A, mas cujo sentido depende também da resposta que obtém da criança. Isso exige da mãe um constante exercício de alternância entre atribuir uma significação e, em certos momentos, re-posicionar-se em relação a essa mesma significação atribuída (essa alternância nos parece comparável àquela da presença-ausência de que tratamos no segundo tempo do Édipo). É nesse

reposicionamento que podemos notar o *assujeitamento da mãe a uma exterioridade que condiciona sua relação com a criança*. Trata-se do assujeitamento a que Lacan se refere no *Seminário 5*, quando menciona (sua) importância, para a saída do complexo de Édipo [...] (FARIA, 2003, p. 171).

É assim, portanto, que devemos pensar a função paterna: primeiramente, a partir da posição materna em relação ao seu próprio desejo (FARIA, 2003); ou melhor, da posição daquele que encarna o grande Outro da criança em relação ao seu próprio desejo, ou seja, da posição deste em relação à própria castração simbólica. Façamos aqui uma breve pausa para notar que, uma vez que a função de grande Outro não está limitada à figura da mãe biológica, a posição desta em relação à lei não é por si só determinante do que ocorrerá na criança. Em outras palavras, o fato de a mãe biológica ser neurótica, perversa ou psicótica, não determina por si só a instauração ou a falha da metáfora paterna. Um filho de uma mãe neurótica não necessariamente constituir-se-á neurótico, assim como o filho de uma mãe psicótica não necessariamente constituir-se-á psicótico.

Consideremos, portanto, o assujeitamento materno (da mãe biológica ou de qualquer outro que constitua o grande Outro da criança) a uma alteridade na relação com a criança como condição primeira para a instauração da metáfora paterna: “[...] a articulação da função paterna enquanto função simbólica não depende de nenhuma característica específica do pai. [...] Ela depende, fundamentalmente, do lugar da lei na singularidade do vínculo de cada mãe com cada criança” (FARIA, 2003, p. 173).

Retomemos por um instante as condições iniciais para que se efetive a instauração da metáfora paterna: Primeiramente, vemos que aquele que desempenha a função de grande Outro deve ter, ele próprio, se constituído sujeito desejante através da assunção da própria castração simbólica. A assunção de sua castração simbólica é condição indispensável para que ele seja capaz de manter vivo seu interesse para além da criança. Porém, na especificidade do vínculo que estabelece com aquela criança, isso pode não ocorrer, mesmo que esse sujeito seja estruturalmente neurótico. É necessário, portanto, que ele efetivamente mantenha o desejo para além da criança, colocando-se aqui a segunda condição para a instauração da metáfora paterna. Notemos, assim, que essas duas condições independem da figura concreta de um terceiro que intervenha na relação mãe-criança, mas acrescentemos que, no entanto, em determinado momento da passagem pelo Édipo, apresenta-se a necessidade da intervenção direta de alguma figura concreta. É a essa figura que a criança atribui as ausências da mãe, e é a partir dela que se

constituem as identificações secundárias que marcam o declínio do complexo de Édipo. Essa figura é o pai real. Notemos mais uma vez que o pai real não necessariamente coincide com pai biológico da criança, e é nessa medida que um Édipo normal pode dar-se mesmo na ausência deste último.

[...] a função do pai não é exercida pela pessoa do pai, e, sim, por um lugar (prefigurado no desejo materno) [...] tal lugar pode ser coberto pelo pai da criatura, um tio, um avô, em suma, todo aquele que seja capaz de converter-se em ideal de identificação do sujeito [...] (CABAS, 2005, p. 156).

Chegamos ao ponto crucial da relação que existe entre função paterna e figura do pai, e a partir da citação acima poderíamos concluir que a função paterna exige, sim, a figura concreta de uma pessoa com o qual a criança possa identificar-se, independentemente dessa pessoa ser, ou não, o pai da criança. No entanto, tal afirmação poderia ser qualificada como precipitada, pois, tomada de forma superficial, não revela o papel central que o significante falo exerce no complexo de Édipo. Vejamos a seguir a importância de apreciar a questão do significante falo no processo de identificação.

Faz-se aqui necessário um retorno ao terceiro tempo lógico de Édipo. Vimos que é no terceiro tempo do Édipo que o pai surge como aquele que tem o que a mãe deseja, ou seja, o falo. A partir da intervenção do pai real como detentor do falo, pode dar-se uma identificação da criança com esse pai; essa identificação dá origem ao *Ideal do eu* e marca a saída favorável do complexo de Édipo: “É por intervir como aquele que tem o falo, que o pai é internalizado no sujeito como Ideal do eu, e que, a partir daí, não nos esqueçamos, o complexo de Édipo declina” (LACAN, 1999, p. 201).

Lacan (1999, p. 235) ressalta a importância da participação de um personagem real nesse momento da constituição subjetiva:

É na medida em que, para desempenhar essa função, o pai intervém como personagem real, como [Eu], que esse [Eu] vem a se tornar um elemento eminentemente significante, constituindo o núcleo da identificação máxima, resultado supremo do complexo de Édipo.

Notemos que o termo “personagem real”, empregado por Lacan, pode, a princípio, transmitir a ideia de que se trata de uma figura real qualquer, ou seja, de uma pessoa em sua

mera concretude objetiva. No entanto, um olhar mais atento nos conduz a outra possibilidade interpretativa: a da relação de tal termo com o significante falo, pensado como ordenador central do complexo de Édipo, aprofundando-se, assim, a noção de pai real.

Não se trata, portanto, de uma identificação com a figura total do pai; trata-se, na verdade, de uma série de identificações com traços específicos daquele que ocupa a posição de pai real, traços esses que possuem valor de significante e que foram nomeados por Lacan (1999) como “insígnias do pai”. Tomemos a citação a seguir como suporte para a correlação do termo “insígnias do pai” com o falo.

Que, neste último drama, tudo se desenrole na matéria de uma linguagem previamente formada, que, no complexo de Édipo, centra-se inteiramente e se ordena em torno do significante falo: insígnia do Pai, insígnia do direito, insígnia da Lei, imagem fantasmática de todo o Direito — eis o que pode parecer espantoso ou arbitrário —, mas todos os psicanalistas o atestam como um fato de experiência (ALTHUSSER, 2002, p. 67).

É justamente por se tratar de identificações com certas características emblemáticas daquele que ocupa o lugar da função paterna, em vez de uma identificação com a figura total deste, que é possível que uma menina realize essas identificações sem, no entanto, tornar-se um homem (LACAN, 1999). Essa identificação secundária que dá origem ao *Ideal do eu* é distinta da identificação imaginária do eu que “repousa sobre a relação do sujeito com a imagem do semelhante” (LACAN, 1999, p. 300). Como vimos, a criança parte de um referenciamento imaginário que é formado na relação com o próprio corpo para posteriormente, nesse terceiro tempo do Édipo, enveredar por uma série de identificações significantes (*Ideal do eu*) que a conduzirão em direção à ordem simbólica através da instauração da metáfora paterna (LACAN, 1999).

Para que essas identificações significantes ocorram, são necessárias algumas condições: Primeiramente, que o desejo da criança, que inicialmente era desejo de desejo do Outro, passe por uma transformação fundamental, tornando-se desejo por algo novo, a saber, o falo (LACAN, 1999).

No começo há o sujeito e um outro termo, que tem para ele um valor libidinal. Depois, há um terceiro termo, com o qual o sujeito mantém uma relação distinta, que exige que tenha interferido, no passado da relação com esse termo, aquele elemento radicalmente diferenciador que é a concorrência.

Por fim, produz-se uma troca: o que foi objeto da relação libidinal transforma-se em outra coisa, é transformado em uma função significativa para o sujeito, e o desejo deste passa para um outro plano, o plano do desejo estabelecido com o terceiro termo. Nessa operação esse outro desejo vem substituir o desejo inicial, que é recalçado, e sai dele transformado em sua base (LACAN, 1999, p. 308).

Em relação ao “terceiro termo” acima citado, Lacan (1999, p. 299) indica se tratar precisamente do falo como “função subjetiva que precisa desempenhar um papel de significante”. Essa ligação do “terceiro termo” com o falo torna-se evidente com a afirmação de que “[...] há sempre como terceiro, até na relação mais primitiva, a da criança com a mãe, o falo [...]” (LACAN, 1999, p. 298). Logo, podemos retomar a ideia de que, num primeiro momento, a criança deseja ser desejada pela mãe, ou seja, deseje ser o falo da mãe, para posteriormente passar a desejar ter o falo.

É colocada aqui, com a transformação do desejo inicial, a primeira condição para que ocorram as identificações significantes. Em seguida, vemos também que é preciso que o pai decepcione a criança no que concerne à sua capacidade de dar provas de que possui o falo (DOR, 1991).

É da privação do que é esperado que resulta um fenômeno [...] — a virada, a mutação que faz com que o que era amor se transforme em identificação. Com efeito, é na medida em que o pai decepciona uma expectativa, uma exigência do sujeito, orientada de uma certa maneira, que se constitui uma identificação (LACAN, 1999, p. 305).

Para auxiliar-nos um pouco mais na compreensão da formação do *Ideal do eu* e de seu efeito na subjetividade, cabe lembrar que

[...] o Ideal do eu provém de uma identificação tardia, que esta se acha ligada à relação terceira do Édipo, e que nela se misturam, de maneira complexa, desejo e rivalidade, agressão e hostilidade. Desenrola-se alguma coisa, um conflito, cujo desfecho é balanceado. Ainda que incerto, mesmo assim o desfecho do conflito propõe-se como havendo acarretado uma transformação subjetiva, em razão da introdução — da introjeção, dizem —, no interior de uma certa estrutura, daquilo a que chamamos Ideal do eu, o qual passa, desde então, a ser parte do próprio sujeito, embora conserve uma certa relação com o objeto externo (LACAN, 1999, p. 301).

Chegamos, nesse momento, ao ponto onde vale realizar um breve apanhado das principais características que concernem à função paterna. Em relação a esta função, “poderíamos assinalar que o desejo da mãe indica a existência de um lugar terciário na relação

mãe-filho [...] e que, finalmente, as propriedades ou emblemas do pai realizam a cobertura do lugar em questão” (CABAS, 2005, p. 166). Fundamentalmente, o que as citações acima evidenciam é a estreita relação entre pai real e função paterna; ou seja, evidenciam a importância da presença do pai real como suporte da função paterna para que ocorra a instauração do recalque originário e da metáfora paterna. Destaca-se, assim, a vertente do pai enquanto representante da lei universal; ou seja, da “única lei universal que funda a nossa própria condição de seres da cultura: a que impõem uma renúncia ao excesso de gozo, presente em todas as formas de sociedades humanas na forma da interdição do incesto” (KEHL, 2011, p. 13).

Por fim, para encerramos o assunto das identificações secundárias, vale citar que nesse terceiro tempo do Édipo o pai real surge não apenas como detentor do falo, mas também como possuidor do pênis real, o que nos ajuda a compreender porque a constituição do *Ideal do eu* está diretamente ligada à assunção do tipo sexual (LACAN, 1999). É a partir dessa identificação que o menino pode assumir o tipo viril e a menina sua feminilidade; o menino identifica-se com o pai como possuidor do pênis, enquanto que a menina reconhece o homem como aquele que o possui (LACAN, 1999). A imago do pai é aqui a de uma modelo que deve ser capturado pela criança para que ela possa, num tempo futuro, realizar sua sexualidade (CABAS, 2005). Vale notar que o tipo sexual comporta toda modalidade de relações entre homens e mulheres, indo muito além da mera questão reprodutiva (LACAN, 1999).

### Capítulo 3

Antes de adentrarmos a questão específica do destino da função paterna na contemporaneidade e sua relação com os novos sintomas, vale ressaltar o papel fundamental que as determinações sociais exercem na constituição das subjetividades. Destacamos, assim, que toda formação sintomática encontra-se em estreita ligação com as características sociais de uma época (FORBES, 2003). Essa afirmação é perfeitamente válida para os tempos mais antigos, de uma sociedade tradicional, quanto para os dias atuais da pós-modernidade. Tomemos como exemplo a época na qual Freud criou a psicanálise, uma época na qual o laço social era ordenado pela figura do pai idealizado e na qual a sociedade estabelecia padrões claros e rígidos de comportamento (FORBES, 2012). Tais padrões de comportamento opunham-se, muitas vezes, ao campo das pulsões e acabavam se tornando um pesado tributo para as individualidades que, conseqüentemente, padeciam das clássicas doenças nervosas (BIRMAN, 2006), como a histeria, sintoma predominante do final do século XIX (KEHL, 2011). A moral da época era, portanto, condição das enfermidades nervosas, uma vez que impossibilitava o gozo e o erotismo (BIRMAN, 2006).

É verdade que já na segunda metade do século XIX, um autor como Freud observava e lamentava os efeitos da rigidez dos costumes burgueses na produção do sofrimento neurótico... A psicanálise revelou ao século XX o preço pago pelo controle excessivo dos impulsos que as sociedades oitocentistas haviam imposto a seus membros (KEHL, 2011, p. 16-17).

Até o final do século XX, ainda havia uma forte presença da organização vertical das identificações, representadas pela figura do pai, do professor e da pátria, para citar algumas (FORBES, 2003). A figura do pai, assim como a do professor e da pátria, funcionava como referência fundamental e autoridade inquestionável (BIRMAN, 2006), constituindo um padrão único, um *uni-verso* do pai (FORBES, 2003). A sociedade era marcada pela hierarquia e pela assimetria entre as figuras do homem e da mulher (BIRMAN, 2006); e, como podemos notar, a orientação libidinal era dada por essa verticalidade dos laços sociais (FORBES, 2003). Como os signos remetiam para um referente seguro e inquestionável, a subjetividade contava com um polo

de poder e de alteridade para sua constituição (BIRMAN, 2006), e os sujeitos em via de advir encontravam um laço social disciplinado pela hierarquia paterna (FORBES, 2003).

O complexo de Édipo, palco para a atuação da função paterna em questão, baseia-se nessa orientação vertical das identidades e é, nesse sentido, pai-orientado (FORBES, 2003). O nome-do-pai, enquanto representante da lei universal da proibição do incesto e enquanto agente da castração simbólica, funcionava nesse cenário da sociedade patriarcal e do complexo de Édipo, como modelo identificatório (FORBES, 2012); havia um lugar claro do significante mestre, do *Um* (FORBES, 2012). Com a instauração da metáfora paterna, ocorria o recalque do desejo incestuoso, e, dessa forma, a metáfora paterna barrava o gozo autoerótico (FORBES, 2012). Em outras palavras, com o advento da metáfora paterna, o sujeito renunciava ao gozo do objeto incestuoso, que se tornava inconsciente e, portanto, estruturado como uma linguagem (FORBES, 2012). A partir de então, o que era recalcado retornava como sintoma (FORBES, 2012). Esse sintoma, por provir do retorno do recalcado, e assim passar pela cadeia significante, possuía um sentido (FORBES, 2012). Os sintomas dotados de sentido funcionavam como metáfora e eram, assim, abertos à associação livre (MACEDO, 2013) e passíveis de serem decifrados, a partir de interpretações que emprestavam sentido (FORBES, 2012). Eram esses os sintomas das neuroses clássicas, histeria e neurose obsessiva, tratadas por Freud, sintomas que se serviam da metáfora paterna para barrar o gozo do Outro.<sup>2</sup>

Como já mencionado, a sociedade tradicional, pai-orientada, apresentava padrões claros e rígidos de comportamento; o poder do pai mostrava-se presente e ativo na teia das relações, estava instalado na cultura, nos discursos e nas convenções, sustentado pela valorização e transmissão da tradição (KEHL, 2011). O poder do pai apoiava-se nas razões religiosas e filosóficas tradicionais, fornecendo uma base sólida para a construção de um destino, de uma identidade (KEHL, 2011); é nesse sentido que podemos afirmar que as identidades eram constituídas por delegação antecipada (BIRMAN, 2006). A valorização da tradição por onde se sustentavam as razões religiosas e filosóficas e o poder do pai mostra-se fundamental para a questão da transmissão e do reconhecimento da lei universal da proibição do incesto (KEHL, 2011). Cabe aqui notar que essa lei não está escrita em nenhum lugar, ela é autorizada a partir de si mesma (KEHL, 2011); “Ela se impõe aos agrupamentos humanos como vinda de um Outro

---

<sup>2</sup> Notemos que a incidência da lei sobre o sujeito, a partir do ingresso na linguagem e na cultura, rouba-lhe uma parcela de gozo (KEHL, 2011).

lugar, que delimita e legitima a existência social” (KEHL, 2011, p. 13). Como nos aponta Kehl (2011), a tradição, as religiões e as mitologias são formações culturais que sustentam uma estabilidade simbólica e uma credibilidade imaginária no que concerne à transmissão da lei de geração a geração. Segundo a autora, a transmissão da lei se inscreve no inconsciente através da linguagem, mas, para tanto, é necessário que sua consistência imaginária esteja preservada pelas grandes formações culturais (KEHL, 2011); dessa maneira, mantinha-se o poder metafórico da linguagem nas ditas sociedades tradicionais (BIRMAN, 2006). Dada essas condições, a lei, como imperativo de renúncia ao gozo, era capaz de manter sua sustentação na cultura.

A sociedade, porém, vem passando por enormes transformações, e o mundo deste início do século XXI é bastante distinto daquele da era industrial (FORBES, 2003). A globalização, acompanhada da transição da era industrial para a da informação, desregulou a ordem social (FORBES, 2003). Já não se encontra a presença e a referência de um polo único de poder, na medida em que o pai foi relativizado, em que os países se uniram em comunidades setoriais e a economia não respeita mais fronteiras (FORBES, 2003). Enquanto nas sociedades tradicionais os indivíduos podiam contar com uma referência sólida que orientasse a constituição de suas identidades, nas sociedades contemporâneas há um campo infinito de significantes, todos equivalentes em relação à verdade (KEHL, 2011). Como resultado, onde antes existia o significante mestre, o *Um*, temos hoje um mundo onde os semblantes são múltiplos (FORBES, 2012).

O polo soberano do poder tinha na figura do *pai* o seu agenciador fundamental, na ordenação da subjetividade. Aquela figura possibilitava ainda a construção da subjetividade na modernidade, sendo em torno daquele centro que a subjetividade girava e se organizava. Na pós-modernidade, no entanto, evidencia-se a sua queda como instância crucial para a constituição do psiquismo, pela multiplicação dos polos de poder e pelo descentramento deste. O desprestígio que incide sobre a figura do pai hoje é correlato da desconstrução do poder centrado na soberania (BIRMAN, 2006, p. 208).

Tais mudanças atingem a sociedade como um todo, tocando, entre outras, as esferas da família, da escola, da empresa, da política e da religião (FORBES, 2012). A globalização trouxe a quebra dos ideais, assim como a atenuação das diferenças geracional e sexual, sinalizando uma enorme mudança no eixo das identidades (FORBES, 2012). Como nos aponta Birman (2006, p. 209),

É o patriarcado que chega finalmente ao seu término, após sua longa história no Ocidente, iniciada na tradição grega. Os gêneros sexuais passaram a estabelecer entre si relações mais igualitárias, num processo que tende a romper com a *hierarquia* e a *assimetria* entre as figuras do homem e da mulher, que foi a marca insofismável da tradição do patriarcado.

Ademais, a sociedade não oferece mais elucubrações coletivas sobre os limites nem sobre a morte (FORBES, 2003), evidenciando-se, nos últimos vinte anos do século XX, situações

Sem limite de distância com a revolução da internet; sem limite de cura, com os novos medicamentos, clonagens, partos fabricados; sem limite de segurança, com carros blindados e guardas armados; sem limite de beleza, com plásticas estéticas e dermatologia cosmética (FORBES, 2003, p. 45).

Todas essas mudanças, associadas à hipervalorização do novo, apagam os restos das marcas da tradição que estruturavam o laço social, acarretando numa enorme transformação nestes, que passaram de uma orientação vertical, própria da sociedade patriarcal, para uma orientação horizontal, característica da pós-modernidade (FORBES, 2012). Segundo Forbes (2012), estamos vivenciando um momento de *desbussolamento* devido à perda de orientação proveniente dessa mudança do eixo vertical das identificações para o eixo horizontal.

Podemos afirmar também que a emergência do homem *desbussolado* decorre das mudanças epistemológicas que ocorreram nos últimos séculos (FORBES, 2012). No mundo antigo, a episteme era cosmológica, e o conhecimento fundava-se na crença de que o mundo tinha um sentido como um todo finito e ordenado (FORBES, 2012). Essa forma de fundamento do conhecimento foi desfeita com o advento da ciência na modernidade (FORBES, 2012). Dessa maneira, o discurso apoiado em razões religiosas e filosóficas, que respondiam à questão do sentido da vida, do que a vida é e do que é esperado de cada um, tem se empobrecido, à medida que vem se apoiando cada vez menos nessas razões e cada vez mais nas razões de mercado (KEHL, 2011). Cabe aqui mencionar que

[...] as razões filosóficas e religiosas, as grandes utopias políticas, apontam sempre para além da banalidade do nosso dia a dia, para um devir, uma transformação do sujeito ou do mundo que ele habita. Ou, então, para alguma forma de gozo que ultrapasse os limites de nossa morada corporal — a contemplação, por exemplo, para os antigos; o êxtase, para os místicos; o sublime, para alguns românticos. Ao passo que as razões de mercado se consomem em si mesmas, produzem repetidamente seu próprio esgotamento cada vez que são satisfeitas — pois sua satisfação não remete a nada além da fruição presente do objeto, da mercadoria, do fetiche (KEHL, 2011, p. 10).

Além disso, conforme nos aponta Kehl (2011), as razões de mercado só são capazes de oferecer a repetição de sua própria trivialidade, mesmo que revestidas das aparências de um *saber viver*; o que funcionaria se reduzíssemos a vida à sua dimensão mais achatada, a saber, o circuito da satisfação das necessidades. Segundo a autora,

Esse circuito parece o da agitação de um desejo insaciável, mas não o é; pois os objetos oferecidos para a nossa saciedade são tão banais e equivalentes quanto todas as mercadorias. Além disso, são objetos que existem no mundo, criando a permanente ilusão de que o desejo pode ser satisfeito — ao passo que o objeto de desejo é um objeto inexistente, perdido desde sempre, cuja busca lança o sujeito numa incansável repetição (KEHL, 2011, p. 11).

A sociedade, antes marcada pelo imperativo de renúncia ao gozo, passa a ser movida não mais pelo apelo à renúncia, mas por um apelo ao próprio gozo (KEHL, 2011). O homem passa a estar privado da ética da moderação e do uso regulado dos prazeres (FORBES, 2012), conforme os novos pilares de alienação que sustentam as subjetividades são orientados para o gozo e para o consumo (KEHL, 2011); ao mesmo tempo, as subjetividades passam a orientar-se pela ideologia individualista e hedonista (FORBES, 2012), e, conforme afirma Birman (2006), o individualismo assume uma direção eminentemente narcísica. Esse apelo contemporâneo ao gozo, assim como a falta de uma base discursiva que confira apoio e significado à impossibilidade de gozo, acarreta a dificuldade de *reconhecimento da lei* (KEHL, 2011, p. 15).

Como já mencionado, a perda de gozo se dá pela entrada na linguagem, através da incidência da lei universal sobre o sujeito. Para tanto, é necessário que a linguagem mantenha seu poder metafórico (KEHL, 2011). No entanto, o que vem acontecendo é um enfraquecimento desse poder metafórico da linguagem, à medida que esta é cada vez mais permeada por imagens (BIRMAN, 2006). Como nos aponta Kehl (2011), hoje há uma predominância das formações imaginárias na organização do laço social, devido ao advento da mídia eletrônica. Deste modo, as subjetividades contemporâneas são marcadas por esse empobrecimento da linguagem que vem perdendo seu poder simbólico (BIRMAN, 2006). Além do advento do imaginário, esse déficit representacional e essa regressão na capacidade de simbolização podem decorrer também da confusão de referências simbólicas consequentes da desautorização do pai, que, por sua vez, perderia a capacidade de garantidor das interdições fundantes, conforme defende Jean-Pierre Lebrun (MIGUELEZ, 2007). Notemos, porém, que o referido empobrecimento da linguagem

não equivale à sua falência total, uma vez que tal fenômeno acusaria a perda da característica mais própria dos humanos. Ainda assim, alguns teóricos sustentam a ideia de que há um esvaziamento da linguagem e de que ocorre uma perda nos processos de simbolização (BIRMAN, 2006). Isso tem um efeito sobre a discursividade, que assume uma direção horizontal, sem os cortes que poderiam lançá-las na verticalidade (BIRMAN, 2006).

Vale dizer, que a linguagem e o discurso assumem uma feição *metonímica* e não *metafórica*, em que a metonímia indica um desejo à deriva e sem cortes significativos. Por isso mesmo, tende à descarga e evapora, não se constituindo como polo conflitual, como ocorria na modernidade [...] A linguagem instrumental domina a cena psíquica e não pode, enfim, regular os impulsos e os excessos (BIRMAN, 2006, p. 188-190).

É incontestável o fato de estarmos hoje diante de uma sociedade radicalmente distinta daquelas dos tempos mais antigos. Marcada pela perda de uma referência única e de poder inquestionável que servisse de modelo identificatório para a formação da identidade, pelo enfraquecimento da diferença geracional e sexual, pela horizontalização do laço social, pela desvalorização da tradição como formação cultural que dá sustentação à transmissão e reconhecimento da lei, e pelo empobrecimento da função simbólica da linguagem pelo advento do imaginário, essa nova sociedade traz consigo novas formas de subjetivação. Contudo, apesar dos mais renomados teóricos concordarem que clínica contemporânea vem testemunhando o aumento de novos fenômenos psíquicos como as toxicomanias, a violência despropositada, os distúrbios psicossomáticos, as depressões, as bulimias e anorexias e até mesmo o fracasso escolar, não existe ainda entre eles um consenso sobre as particularidades da gênese desses chamados novos sintomas.<sup>3</sup>

Para Forbes (2003), por exemplo, esses novos sintomas — as toxicomanias, a violência despropositada, os distúrbios psicossomáticos, as depressões, as bulimias e anorexias e o fracasso escolar — falam-nos de um *curto-circuito da palavra e do gozo*. O que esses sintomas têm em comum, além do fato de suas causas não serem decifráveis através das vias convencionais da medicina, da pedagogia e da própria psicologia, é o fato de estarem todos no *curto-circuito da fala* (FORBES, 2003). Diferentemente dos sintomas decifráveis, formados a partir do recalque, e que passam pela cadeia significante, esses novos sintomas não são formados

---

<sup>3</sup> Destaquemos que, apesar desses novos fenômenos psíquicos serem aqui referidos como novos sintomas, não se trata do uso tradicional do conceito sintoma como o retorno do recalado.

a partir do recalque, não passam pela cadeia associativa e, logo, não são passíveis de serem decifrados pela interpretação que empresta sentido (FORBES, 2002). Os novos sintomas são produzidos pelo gozo autoerótico, que, por sua vez, não fora barrado pela metáfora paterna (FORBES, 2003); eles não respondem ao significante, resistem ao simbólico justamente por serem do registro do real (MACEDO, 2013); neles há descarga direta nos campos da ação e do corpo, uma vez que tais sintomas não contam com o intermédio da linguagem. Conforme nos lembra Kehl (2011, p. 43), “é a interdição do incesto que torna o gozo impossível e faz dos homens sujeitos, no sentido que atribuímos à expressão ‘sujeito do desejo’ — pois o desejo advém da perda do objeto de gozo”. Notamos, a partir desta visão, uma crise que se refere ao reconhecimento dessa lei — a lei universal de interdição do incesto —, à medida que esta, como imperativo de renúncia ao gozo, vai perdendo sustentação na cultura contemporânea marcada não por um apelo à renúncia, mas por um apelo ao próprio gozo (KEHL, 2011).

Na sociedade contemporânea, o complexo de Édipo já não funciona mais como uma bússola, o inconsciente deixou de responder à análise deste complexo; conseqüentemente entendemos que os chamados novos sintomas não podem ser efetivamente tratados por essa chave — recordemos que o complexo de Édipo é uma estrutura formadora de sentido que opera a partir do universo do pai, do nome-do-pai (FORBES, 2012). Logo, é preciso “ir além do Édipo” (FORBES, 2012, p. XXIV), o que implica ir além da definição da estrutura clínica formada a partir da posição do sujeito em relação à lei do pai. Surge a necessidade de um reposicionamento do analista em relação à sua prática, uma vez que é o inconsciente como real, o inconsciente do ponto de vista da pulsão e não mais da cadeia significante, que deve agora ser abordado (FORBES, 2012).

A partir desse ponto, deixamos o terreno da primeira clínica de Lacan — a clínica do significante, da primazia do simbólico — e adentramos a segunda clínica, marcada pelo gozo e pela primazia do real. Por restrição de tempo e espaço, as especificidades da segunda clínica de Lacan não serão aqui trabalhadas. Contudo, vale notar que, nessa nova clínica, a interpretação não visa mais decifrar o sentido do sintoma, não visa obter um sentido a mais, mas, sim, dar consequência à palavra daquele que se diz sofrer (FORBES, 2012). Em relação à segunda clínica, Lacan (2007, p. 11) afirma:

Há uma orientação, mas essa orientação não é um sentido. O que quer dizer isso? Retomo o que disse da última vez sugerindo que o sentido seja, talvez, a orientação.

Mas a orientação não é um sentido, uma vez que ela exclui o único fato da copulação do simbólico e do imaginário em que consiste o sentido. A orientação do real, no território que me concerne, foraclui o sentido.

Dessa forma, compreendemos que a clínica do real não se apoia mais no sentido para proporcionar ao sujeito um ponto de ancoragem; a ancoragem passa a apoiar-se na singularidade do desejo. Nessa nova clínica, analista e analisando utilizam-se da palavra na medida em que esta toca o corpo e promove a captura do gozo (FORBES, 2012). É através da responsabilização, do dar consequência, do equívoco, do enigma, do mal-entendido, da ironia, do deslocamento, do ressoar e do corte da sessão que o analista lida com esses novos sintomas impossíveis de serem explicados (MACEDO, 2013).

Toquemos agora num ponto fundamental: a complexidade envolvida no tema das mudanças sociais e de suas consequências para as subjetividades. A maneira linear como as ideias acima foram apresentadas pode nos dar a falsa impressão de que o tema em questão é simples e de que há um consenso entre os inúmeros teóricos que se ocupam dele. No entanto, o que ocorre é justamente o contrário. Existem inúmeras possibilidades de interpretação dos fenômenos sociais da contemporaneidade e da relação destes com as novas patologias psíquicas. Esse é, sem dúvida, um tema extremamente complexo, e, assim sendo, o presente trabalho não visa a seu esgotamento, mas à apresentação sintética de algumas ideias centrais. Como podemos notar, as ideias até aqui descritas nos falam de um empobrecimento do campo do simbólico e de um declínio tanto da figura do pai, quanto da função paterna. Conforme nos aponta Miguelez (2007), existem ainda mais autores que defendem tal posição e que atribuem a tal fenômeno a sintomatologia contemporânea. Entre os mencionados autores, encontram-se Jean-Jacques Rassial, Jean-Pierre Lebrun e Charles Melman, todos a favor do declínio da função paterna, mas com ideias divergentes a respeito das particularidades do declínio dessa função e de sua relação com os chamados novos sintomas (MIGUELEZ, 2007).

Ainda como nos aponta a autora, Rassial entende que o declínio da função paterna e as incertezas dos modelos e referências na contemporaneidade levam a uma espécie de prolongamento da adolescência e a uma condição específica da subjetividade conhecida como *estado-limite*. Segundo Miguelez (2007), a hipótese de Rassial embasa-se na ideia da consolidação da estrutura psíquica, como neurótica, perversa ou psicótica, ocorrer na

adolescência – momento no qual acontece a validação da posição do sujeito em relação à lei.<sup>4</sup> Essa validação da posição do sujeito em relação à lei ficaria em suspenso, dadas as condições sociais da contemporaneidade — mais especificamente ao declínio da função paterna —, levando o sujeito a existir subjetivamente a partir de um ponto localizado entre as estruturas neurótica e psicótica (MIGUELEZ, 2007). De acordo com a interpretação realizada por Miguelez (2007), Rassial relaciona a sintomatologia contemporânea aos efeitos desse *estado-limite*.

Em relação às ideias de Lebrun, Miguelez (2007) entende que, embora ele concorde com a ideia de um prolongamento da adolescência, discorda da hipótese de *estados-limites* como explicação para a sintomatologia contemporânea. Em vez disso, defende a ideia de neuroses que ainda não se definiram como tais (MIGUELEZ, 2007). Segundo a autora, na visão de Lebrun, esses sujeitos encontram-se entre a sedução materna e a proibição paterna, ou seja, entre o imaginário e o simbólico. Como indica Miguelez (2007), Lebrun acredita que essa posição particular decorra da suspensão da ordem simbólica como tal e do surgimento do que ele chama de “simbólico virtual”, efeito do advento do discurso da ciência e da desautorização de referências de autoridade. Para Lebrun, tais fenômenos levam a um enfraquecimento do simbólico que, outrora, imporia limite ao imaginário, dando-se assim um retorno ao imediato, às palavras-ato, ao corpo e à satisfação pulsional urgente (MIGUELEZ, 2007). Trata-se aqui de um declínio da função paterna como veículo da interdição, que colocaria um fim ao conflito dos desejos incestuosos (MIGUELEZ, 2007).

Por fim, no que concerne às ideias de Melman, Miguelez (2007) aponta que o autor defende a hipótese de que as mudanças sociais experimentadas na contemporaneidade acarretam o fenômeno por ele denominado de “foraclusão do Outro”. Ainda segundo Miguelez (2007), entre as inúmeras mudanças sociais, Melman destaca a horizontalidade dos laços sociais, dada a partir da queda das grandes ideologias, assim como os efeitos do advento da economia liberal como imperativo ao gozo (MIGUELEZ, 2007). Em relação à primeira mudança aqui citada, os sujeitos contemporâneos deixam de receber suas mensagens do Outro e passam a recebê-las a partir do consenso social horizontal (MIGUELEZ, 2007), o que acaba por designar o objeto real, e não mais o seu semblante, como capaz de satisfazer a esse sujeito. Ademais, a falta de restrições ao gozo do Outro — efeito do advento da economia liberal e indicativo da falência da

---

<sup>4</sup> Lembremos que é a partir da posição em relação à lei (aceitação, recusa e foraclusão) que se consolidam as estruturas psíquicas, a saber, a estrutura neurótica, a perversa e a psicótica.

função paterna — faz com que os sujeitos contemporâneos experimentem fenômenos da ordem do excesso (MIGUELEZ, 2007).

Ao realizar uma cuidadosa análise das hipóteses levantadas por Rassial, Lebrun e Melman, Miguelez (2007) conclui que esses três autores estão de acordo no que tange ao declínio da função paterna e ao desaparecimento de um estilo de produção subjetiva centrada na figura do pai potente. Mais ainda, aponta que, para esses autores, cabem somente duas alternativas em relação às subjetividades contemporâneas: “ou os sujeitos são constituídos como antigamente ou estão fadados à desintegração, à loucura, à perversão” (MIGUELEZ, 2007, p. 97). A autora concorda com a afirmação, que sugere que o estilo de produção subjetiva centrado na figura paterna potente tende a desaparecer, mas critica o fato desses autores não considerarem a possibilidade de existência de “outros modos de subjetivação ainda determinados pelas proibições fundantes, à custa de novos poderes alternativos e complementares do pai e de sua função, como polo interditor” (MIGUELEZ, 2007, p. 97). Em outras palavras, a proibição fundante que interdita o incesto continua a ter validade uma vez que surgem na sociedade outras instâncias capazes de sujeitar os indivíduos a essas proibições (MIGUELEZ, 2007). A construção dessa hipótese sustenta-se a partir de alguns conceitos de Foucault que assinalam que a relativa falência do dispositivo de poder que sustentava a autoridade paterna não significa a ausência de poder algum: “a decadência do poder paterno não significa que não atue, na cultura, poder algum capaz de sustentar as proibições fundantes” (MIGUELEZ, 2007, p. 111).

A autora defende a vigência do complexo de Édipo tanto no *sentido amplo* — como imposição de uma lei de proibição do incesto que leva à renúncia e ao estabelecimento do laço social — quanto no *sentido estrito* do complexo de Édipo freudiano, e afirma que as funções maternas e paternas continuam a ser exercidas mesmo em meio a tantas mudanças sociais: “As funções materna e paterna continuam a ser exercidas, mesmo que se abstraiam das mães e dos pais concretos e que eles distribuam, entre si e com outras pessoas e instituições (babás, creches, escolas, mídia, etc.), seus ofícios, fora das ortodoxias” (MIGUELEZ, 2007, p. 113).

A visão da autora também diverge daquela dos demais teóricos citados no que tange à direção dos laços sociais. Na contramão daqueles que defendem a completa horizontalização dos laços sociais, Miguelez (2007) aponta a permanência inabalada de um espaço singular de hierarquia: a infância. Refere-se à explícita hierarquia entre o adulto e o infante e sugere que a criança já nasce num espaço social que cria laços sociais verticais; acrescenta também que é a

interiorização desses laços sociais verticais, através do processo de identificação, que dá origem à instância do superego (MIGUELEZ, 2007). Na visão da autora, os chamados novos sintomas não decorrem de um déficit na simbolização nem tampouco da falta de constituição superegóica, chegando a apostar na própria sujeição superegóica aos mandatos atuais da cultura como precipitador dos referidos sintomas. Notemos que as hipóteses levantadas por Miguelez (2007) oferecem um contraponto às ideias até então apresentadas, assinalando, novamente, a enorme complexidade envolvida no tema em questão.

### **Considerações Finais**

Percorremos um longo caminho a fim de explorarmos a questão central proposta neste trabalho — a relação da função paterna com a gênese das psicopatologias contemporâneas. Partimos da existência de certas características próprias dos humanos, características essas que os distinguem dos demais animais e que conferem um caráter único à sua existência. Vimos que, diferentemente dos demais animais, a existência humana não é biologicamente determinada e que, para realizar a passagem de filhotes de homem para seres humanos, dependemos, de forma imprescindível, da cultura e da interação com outros humanos. Destacamos a linguagem como sendo essa característica propriamente humana e vimos como ela, tomada a partir da linguística estrutural, influenciou fortemente toda construção do pensamento da primeira clínica de Lacan.

Em seguida, exploramos as especificidades das diferentes fases lógicas da constituição psíquica, incluindo o estágio do espelho e os três tempos do complexo de Édipo estrutural. Vimos que é durante o momento lógico da constituição psíquica conhecido como estágio do espelho que se constitui um primeiro esboço do Eu; esse primeiro Eu, também referido como *Moi*, se forma a partir da imagem de um corpo unificado refletida no espelho, assim como a partir do olhar do Outro. Vimos também que, concomitantemente ao momento do estágio do espelho, ocorre o primeiro tempo lógico do Édipo. O primeiro tempo do Édipo marca o primeiro momento da constituição subjetiva; nesse momento, através da incidência da função materna, o bebê é colocado na posição de objeto de desejo do Outro, passando a existir de forma alienada nesse desejo. Apontamos que, previamente aos efeitos estruturantes da função materna, o bebê

encontra-se na posição de *nem-sequer-objeto* e que, se ali permanecer, constituir-se-á autista. Apontamos também que um aprisionamento na posição de objeto do desejo do Outro leva à estruturação psicótica.

Vimos que é no segundo tempo lógico do Édipo que acontece o rompimento dessa alienação no desejo do Outro; o deslocamento do *infans* da posição de objeto ocorre a partir da entrada de um terceiro na relação mãe-bebê, a saber, o pai imaginário. Destacamos que a entrada desse terceiro, mediador da relação mãe-bebê, não se dá não necessariamente a partir da concretude da figura paterna, mas a partir do lugar que o pai ocupa no discurso da mãe. Por fim, apresentamos o terceiro tempo do Édipo como aquele no qual se dá a constituição do *Je*, sujeito do desejo. Apontamos que é nesse momento que ocorre a consolidação do ingresso da criança na ordem simbólica; e que tal ingresso acontece a partir do momento em que o significante nome-do-pai passa a ocupar o significante fálico do desejo da mãe, ou seja, a partir do momento em que desejo da mãe passa a ser nomeado. Destacamos aqui a intervenção do pai como pai simbólico e indicamos a metáfora paterna como um processo de simbolização. Apontamos também que a incidência da metáfora paterna e o recalque do desejo incestuoso levam à estruturação neurótica; enquanto que a incidência da metáfora paterna acompanhada do mecanismo de recusa da castração culmina na estruturação perversa.

Partimos, então, para uma exploração mais detalhada dos conceitos de metáfora paterna e de função paterna. Descrevemos a operação de substituição significante e em seguida enfatizamos algumas características fundamentais da função paterna. Ressaltamos que a função paterna é a operação lógica responsável por ligar o desejo daquele que ocupa a posição de grande Outro à lei fundamental da interdição do incesto, barrando o gozo do Outro. Sugerimos que, a princípio, como operação lógica, a função paterna independe da figura concreta do pai; porém, apontamos também que tal função recai sobre uma figura real, portadora das insígnias com as quais a criança irá se identificar.

Por fim, introduzimos a ideia de que toda formação sintomática está estreitamente relacionada às características sociais de uma época. Apresentamos algumas das principais características das sociedades tradicionais e a relação de tais características com os sintomas predominantes daquele período. Apontamos os efeitos de uma sociedade predominantemente patriarcal e repressora, enfatizando a formação sintomática como o retorno de desejos recalçados. Partimos então para a exploração das características das sociedades pós-modernas e

da relação dessas características com a gênese dos chamados novos sintomas. Apresentamos diferentes visões acerca das mudanças sociais que caracterizam a contemporaneidade e acerca de sua relação com as novas psicopatologias. Destacamos, primeiramente, alguns autores que defendem o empobrecimento da ordem simbólica e o declínio da função paterna; e que atribuem a esse declínio a etiologia dos sintomas contemporâneos. Posteriormente, contrapomos essa visão com as hipóteses levantadas por Nora Miguelez, que, por sua vez, defende a manutenção do uso conceitual da função paterna e do complexo de Édipo para compreensão da constituição psíquica do sujeito contemporâneo, mesmo em meio a tantas mudanças sociais. Constatamos a complexidade envolvida no tema em questão; mas, não obstante, pudemos assinalar como característica comum entre os diversos fenômenos psíquicos da contemporaneidade o fato deles não sugerirem manifestações sintomáticas clássicas, ou seja, aquelas que passam pela cadeia de significantes e que possuem um sentido a ser desvelado.

Finalmente atingimos o momento no qual, segundo uma inicial pretensão, seríamos capazes de oferecer uma resposta final à questão do destino da função paterna e de sua relação com as psicopatologias contemporâneas. Iniciamos esse percurso em busca de respostas acerca dessa questão; no entanto, ao contrário do esperado, chegamos ao seu final não apenas desprovidos de uma resposta única, mas munidos de um número ainda maior de questionamentos. São sólidos os argumentos apresentados a favor do declínio da função paterna e de sua relação com a gênese dos chamados novos sintomas; porém, são igualmente convincentes os argumentos discutidos em defesa da manutenção da função paterna como orientação conceitual a partir da qual pensar a constituição psíquica contemporânea, assim como os argumentos em defesa de hipóteses alternativas para a explicação da etiologia dos sintomas contemporâneos.

Podemos considerar que os argumentos neste trabalho apresentados são insuficientes para chegarmos a uma conclusão definitiva e única acerca do tema em questão — o destino da função paterna e sua relação com a etiologia das psicopatologias contemporâneas —, mas podemos também ir um pouco mais além e questionar se uma resposta única a tal questão é possível. Qualquer interpretação unívoca a respeito das diversas mudanças que sociedade contemporânea vem testemunhando e do papel determinante e certo dessas mudanças na etiologia de todos os novos fenômenos psíquicos acusaria uma postura generalista; e generalizações demandam cautela, especialmente no que concerne à prática da psicanálise. Uma prática prudente sugere

que cada caso seja abordado a partir do que nele há de mais singular; o que, de maneira alguma, impõe-se como uma tarefa simples. De qualquer forma, podemos tomar como válida a afirmação de que todas as hipóteses aqui apresentadas sustentam um caráter de veracidade; ao mesmo tempo, somos convocados pela prudência a questionar se todas essas hipóteses seriam igualmente aplicáveis a todos os casos de toxicomania, bulimia, anorexia, violência despropositada, distúrbios psicossomáticos, depressões e fracasso escolar. Em outras palavras, não poderiam sintomas aparentemente semelhantes ser díspares em sua genealogia? Sendo assim, não seria prudente a análise de sua singular etiologia para um melhor planejamento da condução do tratamento?

A essa altura fica evidente que, a fim de responder satisfatoriamente e de maneira responsável a esta e às demais questões aqui levantadas — como as especificidades da função paterna na visão lacaniana, seu declínio ou manutenção nas sociedades contemporâneas e sua relação com a etiologia dos chamados novos sintomas — é imprescindível um estudo mais aprofundado de todos os elementos previamente discutidos. Ademais, mostra-se também necessária a ampliação da compreensão de constituição psíquica a partir de novos pressupostos, como os apresentados pela teoria da segunda clínica lacaniana; assim como a exploração de casos clínicos representativos da questão em pauta. Apesar de não termos chegado a uma resposta única à questão da função paterna e de sua relação com as psicopatologias contemporâneas, o caminho aqui percorrido foi inquestionavelmente enriquecedor, agregando conhecimento acerca do tema em questão e abrindo caminhos para futuras pesquisas.

## Referências

ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan, Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Editora Nacional; Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

BIRMAN, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. O objeto teórico da Psicanálise e a pesquisa psicanalítica. In: BIRMAN, J. *Ensaio de teoria psicanalítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 12-24.

CABAS, A. *Curso e discurso na obra de Jacques Lacan*. São Paulo: Centauro, 2005.

DOR, J. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1989.

\_\_\_\_\_. *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FARIA, M. *Constituição do sujeito e estrutura familiar: o complexo de Édipo de Freud a Lacan*. Taubaté: Cabral, 2003.

FORBES, J. (Coord.). *As duas clínicas de Jacques Lacan: Curso 2*. Curso ministrado no Instituto de Psicanálise Lacaniana (Ipla), em São Paulo, em 24 out. 2009. Disponível em: <<http://www.psicanaliselacanianana.com/mural/eventos/documents/curso2ok.pdf>>. Acesso em: 19 novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. *Inconsciente e responsabilidade: psicanálise do século XXI*. Barueri: Manole, 2012.

\_\_\_\_\_. *Você quer o que deseja?* Rio de Janeiro: BestSeller, 2003.

FREUD, S. *Além do princípio de prazer, Psicologia de Grupo e outros trabalhos (1920-1922)*. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GOLDGRUB, F. *Édipo 3 x 4: estruturalismo, linguística, antropologia, psicanálise*. São Paulo: Samizdat, 2010.

KEHL, M. R. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LACAN, J. A agressividade em psicanálise. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a. p. 104-126.

- \_\_\_\_\_. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b. p. 537-590.
- \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c.
- \_\_\_\_\_. O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998d. p. 96-103.
- \_\_\_\_\_. (1957/1958) *O seminário, Livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- \_\_\_\_\_. (1975/1976) *O seminário, Livro 23: o sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- \_\_\_\_\_. Situação da psicanálise e formação do analista em 1956. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998e. p. 461-495.
- \_\_\_\_\_. Subversão do sujeito e dialética do desejo. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998f. p. 807-842.
- LAZNIK, M. C. *A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito*. Salvador: Ágama, 2004.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1949). Natureza e cultura. In: LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 41-63.
- MACEDO, E. *Sintomas com causas decifráveis versus sintomas impossíveis de serem explicados: como estar seguro de ter percebido a diferença?* Aula proferida no curso “Os bisturis da clínica do real”, coord. por J. Forbes e C. Riolfi. São Paulo, Instituto de Psicanálise Lacaniana, 18 mar. 2013.
- MATTOS, C. P. A dialética entre a primeira e segunda clínicas de Lacan. *Almanaque On-line*. Belo Horizonte, Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, n. 5, p. 1-11, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.Institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/05/textos/CrisPittella2.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- MIGUELEZ, N. *Complexo de Édipo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- OGILVIE, B. *Lacan: a formação do conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- PERON, P. Considerações sobre o complexo de Édipo, novas configurações familiares e a função paterna. *Monitoria de Psicanálise Barueri* (online), 23 mar. 2011. Disponível em: <[http://monitoriapsicanalisebarueri.blogspot.com.br/2011/03/consideracoes-sobre-o-complexo-de-edipo\\_23.html](http://monitoriapsicanalisebarueri.blogspot.com.br/2011/03/consideracoes-sobre-o-complexo-de-edipo_23.html)>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- QUINET, A. *Teoria e clínica da psicose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

VIOLANTE, M. Pesquisa em Psicanálise. In: PACHECO FILHO, R.; COELHO JUNIOR, N.; ROSA, M. D. (Orgs.). *Ciência, pesquisa, representação e realidade em Psicanálise*. São Paulo: EDUC; Casa do Psicólogo, 2000. p. 109-118.